

## **Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA**

Demonstrações Financeiras referentes  
ao exercício findo em 31 Dezembro de 2025

## Índice

Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração .....	3
Relatório do Conselho de Administração .....	4
Relatório do Auditor Independente.....	17
Demonstração de Resultados e de Outros Rendimentos Integrais .....	22
Demonstração da Posição Financeira.....	23
Demonstração das Variações no Capital Próprio .....	24
Demonstração dos fluxos de caixa .....	25
Informações relevantes sobre as políticas contabilísticas .....	26
Notas às demonstrações financeiras.....	39

## Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a responsabilidade, nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e pela integridade das demonstrações financeiras e demais informações financeiras incluídas no presente relatório. É, igualmente, da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Microbanco no final do exercício, bem como o desempenho das suas operações e os fluxos de caixa relativos ao período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

Os auditores externos foram contratados para expressar uma opinião independente sobre as referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo IASB, e baseiam-se em políticas contabilísticas adequadas, aplicadas de forma consistente e sustentadas por julgamentos e estimativas que se consideram razoáveis e prudentes.

O Conselho de Administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo interno estabelecido pelo Microbanco e pela manutenção de um ambiente de controlo sólido. Para permitir o cumprimento destas responsabilidades, o Conselho de Administração define normas de controlo interno que visam reduzir o risco de erro ou perda, de forma económica. Estas normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos contabilísticos eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Estes controlos são monitorados em todo o Microbanco e todos os colaboradores devem manter os mais elevados padrões de ética, garantindo que a actividade do Banco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja irrepreensível. A gestão de risco do Microbanco concentra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em toda a instituição. Embora o risco operacional não possa ser totalmente eliminado, o Microbanco envida esforços para minimizá-lo, assegurando que infra-estruturas, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração considera, com base nas informações e explicações proporcionadas pela gestão, que o sistema de controlo interno oferece garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para preparação das demonstrações financeiras. No entanto, qualquer sistema de controlo interno financeiro apenas pode proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração analisou as projecções do fluxo de caixa do Microbanco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2026 e, à luz desta revisão e da posição financeira actual, consideram que o Microbanco dispõe de recursos adequados para continuar a sua actividade operacional no futuro previsível. Os administradores avaliaram a capacidade do Microbanco de se manter como uma entidade em continuidade e não têm motivos para acreditar que o negócio não continuará em funcionamento no próximo ano.

Os auditores externos são responsáveis por auditar de forma independente e emitir um relatório sobre as demonstrações financeiras do Microbanco. As demonstrações financeiras foram analisadas pelos auditores externos do Microbanco, cujo relatório é apresentado nas páginas 17 a 21.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 22 a 60, preparadas com base no princípio da continuidade, foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 30 Março de 2026 em assinadas em sua representação por:

### Por Ordem do Conselho de Administração



**Administrador Financeiro**



**Administrador Delegado**

## Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as demonstrações Financeiras do Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o "Microbanco" ou "Bayport") referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

### 1. Constituição

O Microbanco foi constituído a 19 de Julho de 2012 na República de Moçambique.

### 2. Natureza da actividade

O Microbanco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos e opera na República de Moçambique.

Não houve nenhuma outra alteração significativa à natureza da actividade do Microbanco no exercício anterior.

#### Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valorizada nos mercados em operamos, através da disponibilização de um vasto leque de soluções financeiras únicas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes.

Para alcançar este objectivo, o Bayport vai engendrar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros e será reconhecido por demonstrar consistentemente o mais elevado padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

O Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente active, trazendo esperança, elevação e emancipação financeira para as comunidades que servimos.

#### O que aspiramos: Nossa missão

A missão do Bayport é proporcionar soluções financeiras adequadas às necessidades de uma base de clientes ampla e inclusiva incorporando tecnologias, liderança de produtos e inovação, de modo a afirmar-se como um dos principais provedores de soluções financeiras em mercados em desenvolvimento.

#### Nossas convicções: Os nossos valores fundamentais

##### Empoderamento

Acreditamos na capacidade e vontade de todas as pessoas de se empoderarem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-empoderamento certas e o acesso a soluções financeiras transformadoras.

Acreditamos igualmente numa cultura empresarial emancipada, em que a equipa Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe das ferramentas e abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

##### Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de cuidado para com cada cliente, assegurando um acesso responsável ao crédito, a produtos de mitigação de risco e a outras soluções financeiras.

Acreditamos igualmente no nosso papel enquanto membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços, bem como na responsabilidade que temos uns para com os outros. Defendemos os mais elevados padrões de integridade, cidadania empresarial e conduta ética.

##### Inovação

Acreditamos numa inovação que importa e acrescenta valor, bem como em inovações tecnológicas e de produto que promovam relações sólidas e significativas com os nossos clientes.

Acreditamos no espírito de empreendedorismo criativo, desafiando convenções e incorporando as lições aprendidas no nosso percurso.

##### Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar soluções que sejam simples. Simples de compreender e com as quais seja fácil identificar-se. Simples de promover, sem o custo da confusão. Uma promessa de marca expressa da forma mais simples e directa possível.

A simplicidade deve orientar a forma como comunicamos com os nossos clientes, concebemos as nossas soluções e inovamos; bem como a forma como colaboramos, nos reunimos e tomamos decisões.

## 2. Natureza da actividade (continuação)

### Parceria

Acreditamos no poder de construir relações duradouras com os membros da família Bayport, clientes, comunidades e demais intervenientes, assentes na confiança e numa compreensão profunda do que é verdadeiramente importante para cada um deles.

Reconhecemos que os nossos parceiros e a gestão local são os verdadeiros embaixadores da nossa marca, e que o seu conhecimento do contexto local é determinante para o sucesso.

### Relevância

Acreditamos na importância de nos submetermos continuamente a um conjunto simples de critérios, questionando: "O que estou a fazer está alinhado com a Forma Bayport e..."

- é bom para o nosso cliente?
- agrega valor ou apoia a família Bayport
- é eficiente em termos de tempo e custo?
- é sustentável?

Ao respondermos "Sim!", asseguramos que as nossas acções sejam relevantes e coerentes com os nossos princípios.

## 3. Análise dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em comparação com o exercício anterior.

Todos os detalhes da posição financeira, do desempenho das operações e dos fluxos de caixa do Microbanco são apresentados nas presentes demonstrações financeiras.

### Economia

No dia 28 de Fevereiro de 2026, Israel e Estados Unidos lançaram ataques aéreos conjuntos contra o Irão, resultando na morte do líder supremo do Irão e de vários outros responsáveis iranianos, dando início a uma guerra com o objectivo de mudança de regime. O Irão respondeu com ataques com mísseis e drones contra Israel e contra bases dos Estados Unidos e dos seus aliados na região, incluindo Bahrein, Iraque, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Antes da escalada do conflito com o Irão, as perspectivas económicas globais eram, de modo geral, favoráveis, com melhoria das expectativas de crescimento e previsão de condições monetárias mais favoráveis. O impacto da guerra na economia mundial dependerá da sua duração — quanto mais curto for o conflito, mais transitório será o seu efeito. Entretanto, verificou-se um aumento do preço do Brent de USD 60 para USD 70, com subida para cerca de USD 100 (tendo, em determinado momento, atingido níveis próximos de USD 100). Este aumento do preço do crude já está a ser sentido nos países que não dispõem de subsídios aos combustíveis ou que não operam sob regimes de preços administrados com base em reservas estabilizadoras.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme o seu relatório *World Economic Outlook*, divulgado em Janeiro de 2026, estima que a economia global tenha crescido 3.3% em 2025 e, antes do início da guerra no Irão, projectava que se mantivesse resiliente em 3.3% em 2026 e 3.2% em 2027. Este desempenho estável à superfície resulta do equilíbrio entre forças divergentes. Espera-se que os ventos contrários decorrentes da alteração das políticas comerciais sejam compensados pelos ventos favoráveis associados ao aumento significativo do investimento em tecnologia, incluindo inteligência artificial (IA), particularmente na América do Norte e na Ásia, em maior medida do que noutras regiões, bem como pelo apoio das políticas fiscal e monetária, condições financeiras globalmente acomodáticas e pela capacidade de adaptação do sector privado. Prevê-se que a inflação global diminua de uma estimativa de 4.1% em 2025 para 3.8% em 2026 e para 3.4% em 2027.

No plano interno, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a actividade económica de Moçambique tem vindo a recuperar gradualmente após a contracção acentuada registada no final de 2024, na sequência das eleições de Outubro de 2024, estimando-se um crescimento de 2.5% em 2025. O FMI identifica vários desenvolvimentos positivos na economia moçambicana, nomeadamente a baixa inflação, níveis adequados de reservas internacionais, a retoma de um importante projecto de gás natural liquefeito (GNL) e a retirada do país da lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI). Por outro lado, considera-se que o país enfrenta desafios significativos, tais como crescimento modesto, vulnerabilidades fiscais e da dívida, bem como a redução da ajuda externa. Adicionalmente, Moçambique enfrenta necessidades de desenvolvimento prementes, limitações de capacidade e a recorrência de desastres naturais.

Com efeito, nos primeiros meses de 2026, o país registou desenvolvimentos relevantes que evidenciam a coexistência de factores positivos e desafios, conforme indicado acima:

### 3. Análise dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Economia (continuação)

- Inundações catastróficas que resultaram em destruição, várias vítimas e deslocações nas províncias de Gaza, Maputo e Sofala. Colapso de infra-estruturas, incluindo a principal via de acesso que liga o norte e sul (EN1), interrompida em vários pontos, como consequência das cheias, prejudicando o comércio e os esforços de socorro. A cidade de Xai-Xai, capital da província de Gaza, foi severamente afectada, com a cidade parcialmente submersa.
- Previsão da suspensão das actividades da Mozal, a maior indústria de Moçambique e uma das maiores empresas de fundição de alumínio em África, devido à impossibilidade de assegurar o fornecimento de electricidade a um custo considerado aceitável para uma empresa de fundição, representando um risco mensurável para a economia do país. O contributo da Mozal equivale a 4% do Produto Interno Bruto (PIB).
- Registou-se progresso económico e político significativo com a retoma do projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL). A TotalEnergies deu passos para o reinício do seu projecto de GNL no valor de 20 mil milhões de dólares norte americanos em Cabo Delgado, após uma suspensão de cinco anos devido a desafios de segurança.
- O Banco Mundial vai conceder financiamento concessional no valor de 10 mil milhões de dólares norte americanos a Moçambique nos próximos anos. O Estado vai receber 6 mil milhões de dólares norte americanos até 2031 e, em paralelo com o apoio ao sector público, o Grupo Banco Mundial pretende mobilizar cerca de 4 mil milhões de dólares para o sector privado, com vista a estimular o investimento produtivo e a criação de empregos.

Os investimentos confirmados no sector de petróleo e gás pela TotalEnergies e pela ENI Coral Norte (FLNG), bem como os investimentos esperados pela ExxonMobil, deverão resultar num crescimento económico significativo a médio prazo.

A guerra no Irão introduziu uma nova dinâmica no ambiente económico global. A magnitude do seu impacto dependerá, em grande medida, da duração e da eventual escalada do conflito. À data da presente redacção, o FMI continuava a monitorar a situação, sendo expectável que venha a apresentar projecções actualizadas e mais detalhadas na próxima edição do *World Economic Outlook*, que será publicada em Abril de 2026. Contudo, os seguintes factores do panorama económico devem ser considerados:

- O aumento dos custos de energia e as perturbações no transporte estão a gerar inflação de custos, complicando os esforços do Banco Central para reduzir as taxas.
- Os preços do petróleo aumentaram de cerca de USD 60–USD 70 por barril de crude Brent para aproximadamente USD 100 (tendo, em algum momento, atingido níveis próximos de USD 120). A evolução recente dos preços do petróleo reflecte as restrições na oferta de combustível por parte dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), em resultado do bloqueio do Estreito de Ormuz pelo Irão. Existe igualmente o risco de novos danos no fornecimento de petróleo caso o Irão venha a atingir mais infra-estruturas de produção nos países do GCC. Tal situação poderá resultar na escassez temporária de combustível em países como Moçambique, onde a limitada disponibilidade de divisas restringe a capacidade de armazenamento de combustível.
- Embora a economia global tenha demonstrado resiliência, o conflito representa riscos significativos em baixa para as projecções de crescimento mundial na ordem de 3.2%–3.3%.

Numa perspectiva doméstica, os impactos potencialmente mais significativos poderão manifestar-se nas seguintes áreas:

- Agravamento da pressão já existente sobre a liquidez em moeda estrangeira em Moçambique, uma vez que preços mais elevados do crude Brent implicam uma factura de importação de combustíveis mais elevada.
- Tal poderá reforçar a possibilidade de Moçambique vir a afirmar-se como fornecedor alternativo de gás natural liquefeito (GNL), principalmente para Europa e Ásia, a médio prazo.

#### Política monetária

O Comité de Política Monetária (CPMO) reduziu continuamente as taxas de referência em 2025, com a Taxa de Política Monetária (MIMO) a diminuir 3.25%, de 12.75% para 9.50%. A Taxa de Referência (PLR), fortemente vinculada à taxa MIMO, registou uma redução de 3.90%, passando de 19.70% para 15.80%.

Durante o primeiro trimestre de 2026, a MIMO foi novamente reduzida para 9.25% e a PLR para 15.60%. Mesmo antes do início da guerra no Irão, o CPMO já tinha indicado que o ciclo de redução das taxas de juro tinha chegado ao fim (pelo menos por enquanto). A guerra no Irão vai, certamente, reforçar esta direcção.

#### Desempenho financeiro

O Microbanco reporta um desempenho favorável, apesar das condições macroeconómicas desafiantes, caracterizadas pelas dificuldades do governo em liquidar a dívida local e pela escassez de divisas. Estratégias de limitação da exposição a Bilhetes do Tesouro e de redução da dependência de financiamento externo ajudaram a mitigar os efeitos destes desafios. Conforme ilustrado abaixo, a definição otimizada de preços de financiamento no segmento de retalho, por um lado, e de produtos de crédito, por outro, bem como a eficiência na cobrança, foram determinantes para alcançar os melhores resultados da história do Microbanco.

### 3. Análise dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Desempenho financeiro (continuação)

Os Empréstimos Líquidos aumentaram em 1.86%, com contributo de uma combinação de novos clientes e refinanciados. Com base neste aumento e na migração dos clientes de refinanciamento para produtos de maior rendimento, os Juros e outros rendimentos similares cresceram 2.37%. Os juros sobre despesas reduziram em 8.45%, principalmente devido à redução das taxas de referência no mercado. A combinação do aumento dos juros e outros rendimentos similares com a redução das despesas com juros resultou num crescimento de 12.44% da margem financeira líquida. As despesas operacionais aumentaram marginalmente em 0.71%, muito abaixo da inflação de 3.23%, devido a eficiências operacionais e a iniciativas disciplinadas de contenção de custos.

O custo com imparidades reduziu em quase 150%, passando de um custo de 298 milhões de meticais em 2024 para uma reversão de 128.06 milhões de meticais em 2025, impulsionada por cobranças disciplinadas, iniciativas de cobrança fora da folha de salário, reestruturações e gestão activa da carteira, que melhoraram significativamente a qualidade dos activos. As estratégias implementadas incluíram ajustes sistemáticos, recorrentes e materiais ao longo do ano. A melhoria da qualidade da carteira abrangeu todos os níveis de atraso (segmentos de crédito em situação regular e crédito não produtivo (NPL)).

Outros rendimentos aumentaram principalmente devido a um ajuste de cancelamento de empréstimo a accionistas no montante de 1.02 mil milhões de meticais, na sequência da reestruturação empresarial levada a cabo pela Bayport Management Limited (BML).

#### Indicadores do desempenho financeiro

<b>Rentabilidade</b>	<b>2025 (MZN)</b>	<b>2024 (MZN)</b>
Juros e outros rendimentos similares	5,164,617,307	5,045,179,338
Rendimento líquido de juros	2,937,525,349	2,612,635,382
Serviços e comissões líquidas	2,735,589	(14,391,538)
Resultado operacional	3,975,144,801	2,599,242,991
Gastos operacionais	1,303,784,701	1,294,641,360
Gastos de imparidade	(128,056,097)	297,907,651
Lucro após impostos	1,920,946,786	710,961,512
<b>Posição financeira</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos)	15,986,542,749	15,694,222,192
Depósitos de clientes	5,491,160,641	4,295,253,228
Capital próprio	6,523,175,118	5,099,901,390
<b>Rácios</b>		
Margem de lucro líquida (lucro do exercício/juros e rendimentos similares e rendimentos serviços e comissões)	37.17%	14.13%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do capital próprio)	33.05%	14.55%
Créditos improdutivo/Empréstimos brutos	2.21%	3.06%
Créditos improdutivo (dias em mora)	8.80%	9.63%

Como resultado do perdão do empréstimo de accionista, a melhoria na provisão para imparidades e do aumento da margem financeira líquida, o lucro líquido aumentou em 170.19%, passando de 711 milhões de meticais registados em 2024 para 1.92 mil milhões de meticais em 2025. Consequentemente, a margem líquida de lucro subiu de 14.13% para 37.17% e o retorno sobre o capital próprio aumentou de 14.55% para 33.05%, reflectindo o crescimento do lucro líquido.

Mesmo excluindo o efeito da anulação do empréstimo de accionista, é importante destacar que o desempenho do Microbanco continua louvável, com o lucro a crescer em 70.81%, atingindo 1.21 mil milhões de meticais em 2025, devido às melhorias anteriormente mencionadas na provisão para imparidades e na margem financeira líquida.

Quanto à captação de depósitos, os depósitos de clientes do Bayport aumentaram em 27.84%, uma vez que as taxas de juro pagas permaneceram competitivas, apesar da redução de preços promovida pela gestão ao longo do ano. Os ajustes de preços estiveram alinhados com as taxas de referência, de forma a manter uma menor exposição e gerir o impacto da liquidez excedente resultante dos atrasos na liquidação de obrigações externas, causados pela escassez de divisas no mercado. Nesse sentido, mais uma vez, alguns depositantes foram convidados a participar na emissão de papel comercial realizada durante o ano.

#### Capital humano e cultura

Em Dezembro de 2025, o quadro de pessoal, incluindo a gestão, era composto por 139 colaboradores, distribuídos conforme se segue:

### 3. Análise dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Capital humano e cultura (continuação)

Dados demográficos	2025	2024
Número total de funcionários a tempo inteiro	139	137
% de mulheres	40%	40%
Número total de gestores de topo	8	9
% de mulheres	25%	25%
Número total de gestores intermédios	28	28
% de mulheres	32%	36%

Houve um incremento líquido global do número de colaboradores ao longo do exercício.

O Bayport proporcionou diversos programas de formação internos e com fornecedores externos aos seus colaboradores. Foi elaborado um plano de formação robusto, que visa servir as necessidades da organização e cumprir os requisitos da formação regulatória de carácter obrigatório. O nível de adesão às formações está acima do limiar interno de 90%.

Durante o exercício de 2025, várias sessões de formação foram realizadas em colaboração com os nossos parceiros estratégicos, com vista a garantir a conformidade com os requisitos regulatórios e reforçar as competências técnicas e profissionais dos colaboradores, como parte dos esforços de desenvolvimento interno. Para este efeito, foram investidos aproximadamente 2 milhões de meticais em programas de formação externos, com enfoque particular em formações Técnicas, Regulamentares, Obrigatórias e em Competências Comportamentais.

As formações internas, ministradas através do portal de formação Bayport Academy, incluíram, entre outras: Navex Ethics Point, Segurança Cibernética, Malware & Engenharia Social, Navegação Segura na Internet e Consciencialização para *Spear Phishing*, Protecção de Dados e Consciencialização sobre *Ransomware*, Prevenção do Branqueamento de Capitais, Gestão da Continuidade do Negócio (BCM), Anti-Suborno e Corrupção, Gestão Sustentável de Recursos (ESG), Consciencialização sobre Fraudes e Protecção do Consumidor.

As formações ministradas por fornecedores externos incluíram, entre outras: Risco de Crime Financeiro (Banca Global e Mercados), Gestão de Risco e Conformidade, Actualizações sobre a Lei de Trabalho, Fórum RH, Governança Ambiental e Social (ESG), Estratégia de Marketing Digital, Língua Portuguesa, Primeiros Socorros, Combate a Incêndios, Market Operating Systems (MOS) e Mercado Monetário Interbancário (MMI), Secretariado Empresarial, Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), Associação de Profissionais Certificados de Compliance em África (ACCPA) e Excelência em Atendimento ao Cliente e Gestão de Reclamações – Back Office (Linha do Cliente).

#### Rede de agências

O Bayport conta com um total de 11 agências estrategicamente distribuídas pelo país, com pelo menos uma agência em cada província, reforçando assim a inclusão financeira, conforme ilustrado abaixo.



### 3. Análise dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Gestão do risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de risco e pela definição do respetivo quadro de gestão de risco. A supervisão directa da gestão de risco é da responsabilidade do Comité de Risco e Conformidade ("RCC"), que monitora os riscos associados ao crédito, reputação, tecnologias de informação e comunicação, operações, conduta, conformidade, riscos legais, estratégicos, financeiros, risco de taxa de juro, risco cambial e risco de liquidez. O RCC é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição do quadro de gestão de risco, a fixação do apetite ao risco e a monitoria da gestão de risco pelo Microbanco. O Microbanco dispõe igualmente de um Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), com responsabilidade operacional directa pela gestão de activos e passivos. O ALCO é composto por membros da gestão e reporta ao RCC.

Assumir riscos é fundamental à actividade financeira e, portanto, o risco constitui uma consequência inevitável da actividade empresarial. Neste sentido, o objectivo do Microbanco é alcançar um equilíbrio adequado entre risco e retorno e minimizar potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

#### Risco de liquidez

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Microbanco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez da entidade e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

#### Risco de taxa de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Microbanco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro no sentido de otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Microbanco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Microbanco.

A parte principal da gestão do risco das taxas de juro do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Microbanco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

#### Gestão do risco de capital

A estrutura de capital do Microbanco é composta por capital próprio, dívida e caixa e equivalentes de caixa. O Microbanco faz a revisão regular da sua estrutura de capital. O Banco Central estabelece regulamentação relativa ao montante de capital que cada instituição deve manter, nomeadamente um rácio mínimo de solvabilidade de 8% para cobertura dos activos ponderados pelo risco. Para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, o Microbanco poderá ajustar o montante de dividendos pagos aos accionistas, proceder à devolução de capital aos accionistas ou emitir novas acções. À semelhança dos outros actores do sector, o Microbanco monitora igualmente o capital com base no rácio de endividamento.

No final do exercício, o Rácio de Solvabilidade do Microbanco estava confortavelmente acima do requisito regulamentar mínimo.

#### Risco cambial

O Microbanco está exposto ao risco cambial decorrente de diversas exposições em moeda estrangeira, principalmente relacionadas com contas a pagar denominadas em dólares dos Estados Unidos da América. Consequentemente, o Microbanco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas destes activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam variar em resultado de flutuações nas taxas de câmbio.

Uma componente essencial da gestão do risco cambial do Microbanco consiste na monitoria da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para as diferentes cenários de variação cambial. Através da sua abordagem à gestão do risco cambial, a entidade procura mitigar o impacto das flutuações cambiais que possam reduzir os resultados e o capital futuros.

A estratégia consiste em limitar, tanto quanto possível, a exposição ao risco em moeda estrangeira; consequentemente, a exposição global a moeda estrangeira mantém-se reduzida.

### 3. Análise dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

#### Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda resultante de falhas nos sistemas, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar danos à reputação, implicações legais ou regulatórias, ou ainda levar a perdas financeiras. O Microbanco não pode eliminar todos os riscos operacionais, mas, através de um quadro de controlo e da monitoria e resposta a riscos potenciais, consegue gerir esses riscos. Os controlos incluem a segregação eficaz de funções, procedimentos de acesso, autorização e reconciliação, bem como a formação e avaliação dos colaboradores.

#### Política anti-fraude

O Microbanco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Microbanco para maior transparência e prevenção e/ou detecção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

### 4. Divulgação sobre sustentabilidade – Informação Financeira Relacionada

O Microbanco continua firmemente comprometido com práticas empresariais sustentáveis e responsáveis nos pilares **Ambiental, Social e de Governação (ESG)**.

A instituição continua com os seus esforços de redução da sua pegada ambiental, através de iniciativas direccionadas que promovem a eficiência na utilização de recursos e responsabilidade ambiental nas suas operações.

A inclusão social e o financiamento responsável constituem elementos centrais da missão do Bayport. Ao expandir o acesso a serviços financeiros e apoiar comunidades tradicionalmente desfavorecidas, o Microbanco promove impactos positivos para clientes, colaboradores e para a sociedade em geral. Estes esforços são orientados por um forte compromisso com o bem-estar do cliente, educação financeira e crescimento inclusivo.

As práticas de governação assentam em princípios de transparência, responsabilidade e liderança ética. O Microbanco cumpre os requisitos regulamentares locais e os padrões internacionais de governação, assegurando uma supervisão robusta e integridade em todos os aspectos da sua actividade.

A presente secção sobre sustentabilidade deve ser conjugada com o Relatório Anual Ambiental, Social e de Governação (ESG) referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, que é elaborado e divulgado separadamente, em conformidade com com:

- Normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*
- IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informação Financeira Relacionada com Sustentabilidade
- IFRS S2 – Divulgação Relacionada com Mudanças Climáticas

#### Governação

A integração de considerações Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) não é um mero exercício de conformidade, mas sim um imperativo estratégico. O nosso Conselho de Administração e a Gestão Executiva estão profundamente comprometidos em assegurar uma supervisão robusta dos riscos e oportunidades de ESG, reconhecendo o seu impacto crítico na sustentabilidade a longo prazo, no desempenho financeiro e na criação de valor para todos os intervenientes. O Microbanco prioriza uma comunicação transparente sobre os seus riscos e impactos ambientais e sociais, reportando regularmente aos intervenientes e às comunidades, explicando as acções implementadas (e os resultados) para fazer face aos problemas identificados.

O nosso quadro de governação foi concebido no sentido de assegurar responsabilidade, integridade e supervisão eficaz em todos os níveis da organização. Apoia a tomada de decisões informadas e reforça o nosso compromisso com práticas empresariais éticas e a criação de valor sustentável.

Este quadro assenta em três pilares, considerados as áreas de maior relevância e com maior capacidade de acção dentro do nosso negócio, incluindo:

- O nosso negócio
- O nosso cliente
- O nosso pessoal

Formação, Avaliação e Remuneração do Conselho de Administração:

## 4. Divulgação sobre sustentabilidade – Informação Financeira Relacionada (continuação)

### Governança (continuação)

O Conselho de Administração passa por formação regular para se manter actualizado sobre a evolução das práticas de governação, os desenvolvimentos regulamentares e as tendências em matéria de ESG. São realizadas avaliações estruturadas com vista a analisar o desempenho individual e colectivo, assegurando a melhoria contínua e promovendo um Conselho de Administração e Comités equilibrados, independentes, capacitados e avaliados.

Principais políticas de governação:

O Microbanco adoptou uma Política Ambiental, Social e de Governação (ESG), que orienta o seu compromisso de ser parte do crescimento económico de Moçambique de forma inclusiva e sustentável. Esta Política de ESG estabelece o nosso compromisso com a sustentabilidade, incluindo a mitigação dos impactos ambientais, a gestão proactiva de questões sociais relevantes e a manutenção de práticas sólidas de governação. A política serve como quadro orientador para as iniciativas Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) no futuro. Tal inclui, entre outros aspectos, reporte e divulgações (tanto de natureza material como não material), conduta empresarial, planificação estratégica, procedimentos operacionais, supervisão pelo Conselho de Administração, envolvimento dos intervenientes e relações com investidores.

Políticas fundamentais, como o Código de Conduta e Ética Empresarial e a Política de Conflitos de Interesses, orientam o comportamento ético e o processo de tomada de decisões a todos os níveis da organização, no que diz respeito à prevenção do suborno, branqueamento de capitais, extorsão e outras formas de corrupção ou violação regulatória.

Estrutura de governação de ESG a nível nacional:

- Conselho de Administração – Assegura a integração das questões relacionadas com ESG na estratégia central da organização.
- Administrador Delegado – Apoia o desenvolvimento, a implementação e concretização da Estratégia de ESG.
- Campeão de ESG – Operacionaliza a estratégia e presta feedback ao Comité Executivo.

### Estratégia

Para assegurar que os nossos esforços em matéria de ESG permanecem alinhados com a estratégia do negócio, apresentamos actualizações trimestrais aos Conselhos de Administração a nível do Grupo e nacional. Estas actualizações incluem realizações, desafios e planos. O Conselho de Administração é regularmente informado sobre questões emergentes relacionadas com ESG, que sejam susceptíveis de impactar as actividades da organização no futuro.

A estratégia inclui a promoção de impacto em áreas alinhadas com onze dos dezassete Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), cujos resultados são monitorados trimestralmente.



### Gestão de risco

A estratégia inclui a promoção de impacto em áreas alinhadas com onze dos dezassete objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), cujos resultados são monitorados trimestralmente.

A gestão de risco é feita a todos os níveis do Bayport; contudo, compete ao Conselho de Administração assegurar a disseminação e implementação desta actividade na instituição, através da compreensão da dimensão e materialidade dos riscos, bem como da definição do nível de apetite e tolerância ao risco a que a instituição está exposta. O Conselho de Administração deve igualmente garantir a existência e a devida aprovação de políticas e procedimentos de gestão de risco.

Neste sentido, o perfil de risco deve ser monitorado regularmente e reportado ao Comité de Risco e Conformidade (RCC) e ao Conselho de Administração numa base trimestral e sempre que necessário.

O diagrama abaixo ilustra o fluxo de informação:

#### 4. Divulgação sobre sustentabilidade – Informação Financeira Relacionada (continuação)

##### Gestão de risco (continuação)



O Bayport compreende que uma gestão de risco eficaz é essencial para o desenvolvimento do seu negócio. Este processo inclui a identificação, avaliação, controlo e monitoria dos riscos, bem como a formulação e implementação de medidas, com o objectivo primário de reduzir o impacto da eventual materialização desses riscos.

Processo de gestão de riscos:

No exercício das suas actividades, o Bayport fica exposto a diversos riscos que representam uma ameaça ao alcance dos seus objectivos estratégicos. A instituição usa medidas de gestão de risco implementadas para apoiar a gestão na tomada de decisões, bem como para garantir o cumprimento dos objectivos definidos.

Na prossecução dos objectivos de negócio, compete ao Conselho de Administração assegurar que todos os riscos significativos sejam geridos de forma adequada, de modo a que a instituição consiga manter um equilíbrio estável entre risco e retorno esperado, através da implementação de controlos adequados que minimizem os efeitos adversos que possam afectar o desempenho financeiro.

O Risco de ESG refere-se ao potencial impacto no desempenho, na reputação e na estabilidade financeira da instituição, decorrente de factores ambientais, sociais e de governação. Estes incluem riscos relacionados com mudanças climáticas, conformidade regulatória, responsabilidade social e padrões de governação corporativa.

Para o Microbanco, o risco de ESG pode decorrer dos seguintes factores:

- Riscos ambientais – como os impactos das mudanças climáticas ou o incumprimento de metas de sustentabilidade.
- Riscos sociais – incluindo práticas laborais inadequadas, envolvimento insuficiente com a comunidade ou incumprimento de normas de responsabilidade social.
- Riscos de governação – como supervisão inadequada pelo Conselho de Administração, falta de ética e transparência, ou incumprimento das melhores práticas de governação.

A identificação, avaliação e tratamento dos riscos de ESG estão alinhados com o quadro de Gestão de Riscos do Microbanco. As avaliações de risco são realizadas trimestralmente ou com maior frequência, sempre que mudanças regulamentares ou outras internas/externas assim o exigirem.

O risco de ESG é monitorada numa base mensal através do Painel de Appetite ao Risco de ESG, com métricas específicas de apetite ao risco, com base nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas. Estas métricas foram acordadas e propostas para serem monitoradas e reportadas mensalmente, como parte do processo Group ERCO.

Os provedores de garantia incluem Gestão de Risco, Conformidade, Forense, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Reguladores (incluindo inspectores) e/ou quaisquer outras entidades que venham a ser solicitadas para avaliar o ambiente de risco e controlo.

##### Métricas e metas

Os Pilares de ESG e temas materiais indicados abaixo estão incluídos na estratégia do Microbanco, bem como nas avaliações de impacto realizadas com base em Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) e Metas de ESG estabelecidos. Estes foram determinados através de Avaliações de Dupla Materialidade do ambiente financeiro e operacional do Microbanco, que servem para identificar as principais áreas de impacto a serem incluídas no plano estratégico de ESG para cinco anos.

### Métricas e metas (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2025, os temas materiais e as métricas de sucesso usadas para a sua avaliação foram:

<b>Pilar</b>	<b>Questão material</b>	<b>Métrica de sucesso</b>
<i>O nosso negócio</i>	Ambiente legal e regulatório	Prevenção de inconformidades e sanções regulatórias.
	Suborno e corrupção	Prevenção de casos fundamentos de branqueamento de capitais.
	Transparência para os intervenientes	Apresentação dos resultados financeiros anuais aos intervenientes. Maior envolvimento dos financiadores.
	Estrutura de governança	Conselho de Administração e Comités equilibrados, independentes, capacitados e avaliados
	Pegada ambiental	Acompanhamento do consumo dos recursos Monitoria e reciclagem de resíduos
<i>O nosso cliente</i>	Protecção financeira e privacidade do cliente	Acreditação de protecção do cliente
	Bem-estar financeiro do consumidor	Contributo da literacia financeira para as comunidades
	Acesso a financiamento e inclusão	Alinhamento com o <i>2X Challenge</i> : diversidade de género:
	Qualidade e sustentabilidade dos produtos	Manutenção de um bom índice de satisfação (NPS)
<i>O nosso pessoal</i>	Engajamento dos colaboradores	Incremento de iniciativas culturais
	Equidade e inclusão dos colaboradores	Alinhamento com o <i>2X Challenge</i> : diversidade de género:
	Atração, retenção e desenvolvimento de talento	Melhoria do programa de Proposta de Valor para o Colaborador (EVP) Iniciativas de redução da rotatividade voluntária

Destaques de desempenho em matéria de ESG durante o exercício de 2025:

- 31% de representação feminina na nossa carteira de crédito.
- Desempenho no consumo de recursos: As emissões totais ao longo do exercício mantiveram-se dentro de níveis aceitáveis, não excedendo a média anual de 32,7 tCO<sub>2</sub>e. O total de resíduos gerados foi de 614,08 kg, dos quais 595,84 kg foram recuperados para reciclagem, demonstrando práticas robustas de separação e recuperação de resíduos.
- O Microbanco foi reconhecido como Empregor de Elite no pilar Cultura pelo Tempus Group, reforçando o compromisso com um ambiente de trabalho que valoriza inovação, inclusão e bem-estar dos colaboradores.
- Continuamos a fortalecer o bem-estar do consumidor através do nosso Portal de Educação Financeira, que atraiu mais de 2.700 novos usuários ao longo do ano. Embora os índices de conclusão tenham apresentado uma tendência de crescimento, são necessários esforços adicionais para melhorar para melhorar o engajamento e assegurar que se tire benefício integral dos módulos didáticos.
- Diversidade, equidade e inclusão: Até final de 2025, 40% dos colaboradores eram mulheres.
- Engajamento e Cultura dos Colaboradores: Em 2025, foram realizadas sessões plenárias, em que foram abordados temas fundamentais como desempenho empresarial, valores institucionais na prática, incentivos para os colaboradores e enfoque na melhoria da experiência do cliente. Adicionalmente, foram realizadas conferências de vendas e de crédito, com vista a fortalecer o engajamento dos colaboradores, promover o alinhamento entre equipas e equipar o pessoal para um ano de sucesso.
- Iniciativas de Voluntariado Bayporteer: Ao longo de 2025, os nossos colaboradores participaram activamente em diversas actividades de voluntariado e envolvimento comunitário, demonstrando o compromisso do Bayport com a responsabilidade social. As iniciativas incluíram campanhas de doação de sangue, doações em espécie, bem como participação em actividades recreativas e de apoio num lar de idosos e num centro para crianças com necessidades especiais, promovendo um impacto significativo e fortalecendo laços com as comunidades.

### 5. Capital social Emitido

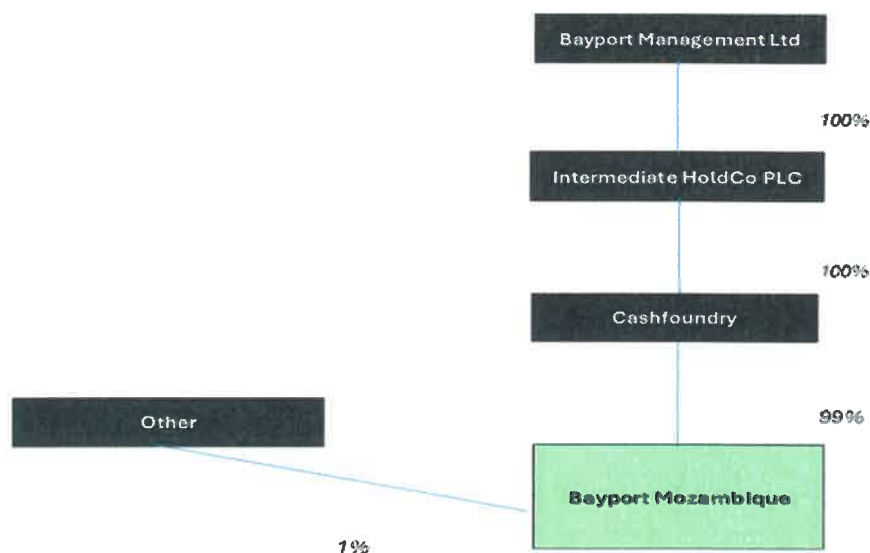
	<b>Capital social (MZN)</b>	<b>Percentagem do capital social (%)</b>
Bayport Management Ltd	2,748,240,000	99.00
Zuvan Capital Limited	13,880,000	0.50
Outros particulares	13,880,000	0.50
<b>Total</b>	<b>2,776,000,000</b>	<b>100.00</b>

A nota 24 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento do capital social emitido.

## 5. Capital social (continuação)

Com vista a uma melhor gestão dos interesses dos seus accionistas e credores, a Bayport Management Ltd encontra-se em processo de reestruturação das suas participações. Esta reestruturação implicará a transferência da participação da BML no Microbanco para uma sociedade denominada Cashfoundry Ltd, que é detida a 100% pela Bayport Intermediate Holdco PLC, sendo esta, por sua vez, igualmente detida na totalidade pela BML. Tanto a Cashfoundry Ltd como a Bayport Intermediate Holdco PLC estão registadas no Reino Unido. Consequentemente, a empresa-mãe efectiva do Microbanco permanece a BML (isto é, sem alteração). A reestruturação não vai afectar as operações do Microbanco.

A nova estrutura accionista após a conclusão do exercício de reestruturação será a seguinte:



## 6. Dividendos

O Conselho de Administração decidiu declarar dividendos dos resultados do exercício de 2025 correspondentes a 70% do lucro líquido apurado em 1,344,662,750 MZN (2024: 497,673,058 MZN).

## 7. Governança

A governança do Microbanco é constituída por um Fiscal Único e por um Conselho de Administração e os respectivos Comitês. No final do ano, existiam quatro comitês do Conselho de Administração, nomeadamente o Comité de Auditoria, o Comité de Crédito, o Comité de Remunerações (REMCO) e o Comité de Risco e Conformidade. O Comité de Risco e Conformidade criou um subcomité, a saber, o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que se ocupa da gestão de activos e passivos.

Para a gestão corrente do Microbanco, o Conselho de Administração delegou algumas das suas funções ao Comité Executivo, que é presidido pelo Administrador Delegado.

### 7.1 Fiscal Único

O Fiscal Único do Microbanco é a RSM Moçambique.

### 7.2 Mesa da Assembleia Geral

Edgar Baloi	Presidente
Daisy Nogueira (CGA)	Secretária

### 7.3 Composição do Conselho de Administração

Os administradores do Microbanco durante o exercício e à data da aprovação das demonstrações financeiras eram:

Grant Colin Kurland	Presidente
Bene Machatine	Executivo
Bryan Arlow	Não-executivo
Ivan Machava	Não-executivo
Nothando Ndebele	Não-executivo
Ranganai Mubaiwa	Executivo
Suzan Manungo*	Não executiva

\* A administradora foi devidamente nomeada pelo pelos accionistas, mas aguarda a aprovação do Banco de Moçambique.

#### **7.4 Comité Executivo**

À data da aprovação destas demonstrações financeiras, os membros do Comité Executivo eram os seguintes:

##### **Comité Executivo**

Bene Machatine	Administrador Delegado
Ranganai Mubaiwa	Administrador Financeiro
Francisco Orlando	Executivo Comercial e de Operações

#### **8. Factos ocorridos após o período de relato**

Não houve ocorrência de eventos significativos após o período de relato.

#### **9. Empresa-mãe**

A empresa mãe e (entidade de controle efectivo) do Microbanco é a Bayport Management Ltd, constituída na República das Maurícias.

#### **10. Auditores**

Os auditores externos do Microbanco são a Forvis Mazars - Sociedade de Contabilistas & Auditores Certificados., nomeados em Dezembro de 2023, em conformidade com o Decreto n.º 65/2011, de 21 de Dezembro.

#### **11. Proposta de aplicação dos lucros**

Propõe-se o seguinte:

- Transferência para a Reserva Legal - propõe-se que 576.284.036 meticais, correspondentes a 30% do lucro apurado em 2025, sejam transferidos para a reserva legal, em cumprimento dos requisitos legais (nomeadamente a Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro).
- Distribuição de dividendos - propõe-se ainda que o remanescente do lucro, no valor de 1.344.662.750 meticais, seja declarado e distribuído como dividendos.

As demonstrações financeiras apresentadas nas páginas 22 a 60, preparadas com base no princípio da continuidade, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, a 30 de Março de 2026 e foram assinadas em nome deste órgão por:



---

**Grant Colin Kurland**  
(Presidente)



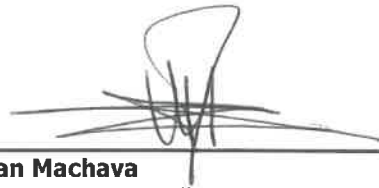
---

**Bene Machatine**  
(Administrador Delegado)



---

**Bryan Arlow**  
(Administrador Não-Executivo)



---

**Ivan Machava**  
(Administrador Não-Executivo)



---

**Nothando Ndebele**  
(Administradora Não-Executiva)



---

**Ranganai Mubaiwa**  
(Administrador Financeiro)



---

**Suzan Manungo**  
(Administradora Não-Executiva)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas de

**Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.**

### Relatório sobre a Auditoria às Demonstrações Financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (doravante também designada por “Microbanco” ou “Bayport”), incluídas nas páginas 22 a 60, que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a Demonstração de Resultados e Outros rendimentos integrais, a Demonstração das Variações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas explicativas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre as políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Microbanco em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

#### Base para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor na Auditoria às Demonstrações Financeiras abaixo. Somos independentes do Microbanco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (*International Ethics Standards Board for Accountants*) e com os requisitos éticos relevantes para a Auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 3, “Análise dos resultados financeiros e das actividades”, do Relatório de Gestão, que explica que o aumento significativo de outros rendimentos, no ano de 2025, resulta principalmente do perdão da dívida do accionista no valor de 1.02 mil milhões MZN. Este movimento de perdão de dívida decorre do processo de reestruturação dos negócios realizado pelo Bayport Management Limited (BML). A nossa opinião não é modificada em relação a este assunto.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na Auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da Auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado na Nota 1.4 das notas anexas às demonstrações financeiras (“Instrumentos financeiros”), as perdas por imparidade da carteira de empréstimos concedidos a clientes, registadas nas demonstrações financeiras, representam a melhor estimativa da do Órgão de Gestão quanto às perdas implícitas na sua carteira de crédito.</p> <p>As imparidades são determinadas com base na análise colectiva. As imparidades calculadas com base na análise colectiva são determinadas considerando dados, pressupostos e estimativas, sujeitos a juízos de valor formados pelo Órgão de Gestão.</p> <p>Considerando a materialidade e natureza subjectiva das imparidades da carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação e teste à concepção e eficácia operacional dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de crédito do Microbanco. Estes controlos incluem aqueles relacionados com a identificação dos créditos em imparidade, os níveis de tolerância e os registos contabilísticos efectuados, relativamente à imparidade quantificada da carteira de crédito a clientes;</li> <li>• Realização de testes substantivos ao modelo de imparidade do Microbanco, numa base de amostragem, com vista à revisão crítica do modelo instituído. Estes procedimentos de Auditoria incluíram a avaliação dos critérios e metodologia adoptados na determinação dos parâmetros de risco e da imparidade colectiva, recorrendo à extracção das informações utilizadas no modelo (<i>inputs</i>), reexecução dos cálculos e revisão da análise de sensibilidade efectuada pelo Microbanco, relativamente aos pressupostos críticos subjacentes. Esta revisão teve também como objectivo garantir o alinhamento do modelo instituído com os requisitos da Norma Internacional de Relato Financeiro n.º 9 (IFRS 9);</li> <li>• Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Microbanco, relacionadas com esta matéria.</li> </ul>

---

Partes relacionadas

---

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A ISA 550 exige que o auditor execute procedimentos de auditoria para obter informações relevantes para a identificação dos riscos de distorção relevante associados a relações e transacções com partes relacionadas. Todas as transacções significativas com partes relacionadas identificadas fora do curso normal dos negócios da entidade devem ser tratadas como risco significativo.</p> <p>Os saldos, transacções e remunerações dos administradores e outros membros-chave da administração relativos a partes relacionadas são divulgados na Nota 30 ("Partes relacionadas"), que consideramos ser uma área relevante para a nossa auditoria, tendo em conta a sua natureza e valor.</p>	<p>Para responder aos riscos identificados, de entre os procedimentos de auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indagar a Gestão e outros órgãos relevantes no Microbanco sobre a identidade das partes relacionadas, a natureza das transacções entre o Microbanco e as partes relacionadas, o tipo e propósito de transacções com as partes relacionada e sobre a existência de actividades de controlo estabelecida pelo Órgão de Gestão que permite: (i) identificar, contabilizar e divulgar as relações e transacções com partes relacionadas, em conformidade com a estrutura de relato financeiro aplicável; (ii) autorizar e aprovar transacções e acordos significativos com partes relacionadas; e (iii) autorizar e aprovar transacções e acordos significativos fora do curso normal dos negócios;</li> <li>• Inspeccionar registo ou documentos e permanecer sempre alerta para relações ou transacções com partes relacionadas não identificadas: (i) Confirmações externas às Partes Relacionadas; (ii) Confirmações bancárias e jurídicas obtidas no âmbito dos nossos procedimentos de auditoria; (iii) Actas das reuniões de accionistas e dos responsáveis pela governação; e (iv) outros registos ou documentos que consideremos necessários nas circunstâncias do Microbanco;</li> <li>• Relativamente às transacções significativas com partes relacionadas identificadas fora do curso normal dos negócios da entidade, inspeccionamos os contractos ou acordos subjacentes para obter provas de auditoria de que as transacções foram devidamente autorizadas e aprovadas; e</li> <li>• Avaliação da adequação do reconhecimento contabilístico e da divulgação das partes relacionadas e respectivas transacções identificadas, em conformidade com o referencial de relato financeiro aplicável (IFRS).</li> </ul>

---

**Outras informações**

O Conselho de Administração é responsável pelas demais informações. Estas restantes informações compreendem as informações constantes do documento intitulado "Relatório de Gestão". As restantes informações não incluem as demonstrações financeiras nem o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange outras informações e não expressamos uma opinião de auditoria nem qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria às demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a restante informação e, conseqüentemente, verificar se essa informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras**

A gestão é responsável pela:

- elaboração de demonstrações financeiras que apresentem uma visão verdadeira e justa da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do Microbanco, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- Concepção e manter um sistema de controlo interno adequado para permitir a elaboração de demonstrações financeiras isentas de distorções relevantes, quer resultem de fraude ou de erro;
- a adopção de políticas e princípios contabilísticos adequados às circunstâncias; e
- Avaliar a capacidade do Microbanco continuar a operar e divulgar, quando aplicável, as questões que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Microbanco continuar a operar.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Microbanco.

### **Responsabilidades do auditor na auditoria às demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Microbanco para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de Auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Microbanco descontinue as suas actividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- Declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui também a verificação de que a informação contida no relatório de gestão é consistente com as demonstrações financeiras.

**A Forvis Mazars SCAC, Lda.**

Ce:17/SCA/OCAM/2016

*Representado por:*

 **forvis  
mazars**

Dipak Lalgi Lic. N.º 17/SCA/OCAM/2016

Auditor Certificado: 17/CA/OCAM/2012

Maputo, 30 de Março de 2026

## Demonstração de Resultados e de Outros Rendimentos Integrais

Valore em Meticais	Nota(s)	2025	2024
Juros e outros rendimentos similares	3	5,164,617,307	5,045,179,338
Juros e gastos similares	4	(2,227,091,958)	(2,432,543,957)
<b>Rendimento líquido de juros</b>		<b>2,937,525,349</b>	<b>2,612,635,381</b>
Rendimentos de serviços e comissões	5	119,754,991	97,440,957
Gastos com serviços e comissões	5	(117,019,402)	(111,832,495)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>	5	<b>2,735,589</b>	<b>(14,391,538)</b>
Perdas de reavaliação cambial	6	16,077,859	(3,876,091)
Outros rendimentos	7	1,019,131,948	5,773,874
Perdas de activos não correntes detidos para venda		(325,944)	(898,634)
<b>Resultado operacional</b>		<b>3,975,144,801</b>	<b>2,599,242,991</b>
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e créditos e contas a receber	13&32.1	128,056,097	(297,907,651)
<b>Rendimentos operacionais líquidos</b>		<b>4,103,200,898</b>	<b>2,301,335,340</b>
Gastos com o pessoal	8	(618,434,196)	(542,118,017)
Depreciações e amortizações	16&17&18	(96,625,869)	(105,926,949)
Outros gastos operacionais	9	(588,724,636)	(646,596,394)
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>2,799,416,197</b>	<b>1,006,693,980</b>
Imposto corrente	10.1	(883,170,575)	(272,343,098)
Imposto diferido	10.1	4,701,164	(23,389,370)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>1,920,946,786</b>	<b>710,961,513</b>
Outros rendimentos integrais		-	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>1,920,946,786</b>	<b>710,961,513</b>

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas juntamente com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração da Posição Financeira

Valores em Meticais	Nota	2025	2024
<b>Activos</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	11	2,101,130,341	1,776,860,676
Depósitos em outras instituições financeiras	12	1,579,928,209	2,255,075,649
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	15,986,542,749	15,694,222,192
Outros activos	14	46,919,129	41,907,804
Outros activos financeiros	15	1,725,128,638	6,960,302
Activos tangíveis	16	46,352,161	36,548,135
Activos sob direito de uso	17	102,184,547	48,359,778
Activos intangíveis	18	196,778,372	253,069,466
Activos por impostos correntes	10.2	-	-
Activos por impostos diferidos	10.3	2,306,893	3,296,318
<b>Total de Activos</b>		<b>21,787,271,039</b>	<b>20,116,300,320</b>
<b>Passivos e Capital Próprio</b>			
<b>Passivos</b>			
Depósitos de clientes	19	5,491,160,641	4,295,253,228
Outros passivos	20	1,736,759,748	1,104,811,801
Locação financeira	21	109,393,588	58,660,773
Empréstimos	22	7,085,620,840	8,142,486,931
Montante a pagar ao accionista	23	263,564,480	1,333,432,511
Passivos por impostos diferidos	10.3	57,767,692	63,458,282
Imposto corrente	10.2	519,828,932	18,295,404
<b>Total de Passivos</b>		<b>15,264,095,921</b>	<b>15,016,398,930</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	24	2,776,000,000	2,776,000,000
Reservas legais	25	1,038,878,243	825,589,789
Lucros acumulados		2,708,296,875	1,498,311,601
<b>Total do capital próprio</b>		<b>6,523,175,118</b>	<b>5,099,901,390</b>
<b>Total de passivos e do capital próprio</b>		<b>21,787,271,039</b>	<b>20,116,300,320</b>

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas juntamente com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Meticais	Capital social	Depósitos para ações	Total do capital declarado	Legal reserves	Retained income/ Accumulated loss	Total equity
<b>Saldo a 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>2,776,000,000</b>	-	<b>2,776,000,000</b>	<b>702,934,115</b>	<b>1,196,202,332</b>	<b>4,675,136,447</b>
Emissão de ações	-	-	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	710,961,513	710,961,513
Transferência para reservas legais	-	-	-	122,655,674	(122,655,674)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(286,196,570)	(286,196,570)
<b>Total de alterações</b>	-	-	-	<b>122,655,674</b>	<b>302,109,269</b>	<b>424,764,943</b>
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2025</b>	<b>2,776,000,000</b>	-	<b>2,776,000,000</b>	<b>825,589,789</b>	<b>1498,311,601</b>	<b>5,099,901,390</b>
Emissão de ações	-	-	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	1,920,946,786	1,920,946,786
Transferência para reservas legais	-	-	-	213,288,454	(213,288,454)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(497,673,058)	(497,673,058)
<b>Total de alterações</b>	-	-	-	<b>213,288,454</b>	<b>1,209,985,274</b>	<b>1,423,273,728</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>2,776,000,000</b>	-	<b>2,776,000,000</b>	<b>1,038,878,243</b>	<b>2,708,296,875</b>	<b>6,523,175,118</b>
Nota	23	23	23	24		

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas juntamente com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Valores em Meticais	Nota(s)	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Caixa utilizado em operações	26	5,123,092,937	3,261,550,812
Custos financeiros pagos		(2,311,428,996)	(2,437,748,018)
Imposto pago		(337,454,676)	(64,946,213)
<b>Fluxos de caixa líquido utilizado em actividades operacionais</b>		<b>2,474,209,265</b>	<b>758,856,581</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de bens imóveis e equipamentos	15	(26,381,213)	(13,608,680)
Movimento em títulos	14	(1,718,168,336)	-
Aquisição de activos intangíveis	17	-	(986,675)
Alienação de activos tangíveis		1,274,071	1,520,000
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento</b>		<b>(1,743,275,478)</b>	<b>(13,075,355)</b>
<b>Fluxo de caixa gerado em actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações e de papel comercial	27	1,454,537,400	755,059,800
Reembolso de obrigações	27	(1,383,111,600)	(951,357,600)
Aumento de empréstimos	27	1,160,609,840	1,925,085,425
Reembolso de empréstimos - capital	27	(2,192,005,812)	(2,178,053,670)
Reembolso do empréstimo de accionistas	27	(84,999,669)	(4,650,642)
Passivo de locação - reembolso de capital	27	(24,282,840)	(17,233,526)
Passivos de locação - reembolso de juros	27	(12,558,881)	(12,412,768)
<b>Fluxos de caixa líquidos gerados pelas actividades de financiamento</b>		<b>(1,081,811,562)</b>	<b>(483,562,981)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(350,877,775)</b>	<b>262,218,245</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4,031,936,325	3,769,718,080
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	28	<b>3,681,058,550</b>	<b>4,031,936,325</b>

  
 Contabilista Certificado

  
 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas juntamente com as notas às demonstrações financeiras.

## Informações relevantes sobre as políticas contabilísticas

### Informação sobre a empresa

O Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA, (adiante denominado "Bayport" ou "Microbanco") é uma instituição financeira privada constituída a 19 de Julho de 2012, com sede social em Maputo, Moçambique. A empresa-mãe é a Bayport Management Ltd, uma sociedade constituída nas Maurícias. O Microbanco dedica-se à concessão de créditos a particulares, particularmente a funcionários públicos.

### 1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo IASB e com as disposições do aviso 4/GBM/2007 de 30 de Março de 2007. Foram igualmente preparadas com base no custo histórico, com a excepção da mensuração de certos instrumentos financeiros ao justo valor, e incorporam as principais políticas contabilísticas estabelecidas abaixo. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais.

Para efeitos de supervisão, o Bayport classifica-se como um Microbanco, sujeito à Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 e é supervisionado pelo Banco de Moçambique

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. A referência às maturidades correntes destes activos e passivos financeiros é divulgada nas notas à demonstração da posição financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com as do exercício anterior, salvo indicação expressa em contrário.

#### 1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza das estimativas

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF pressupõe que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, rendimentos e despesas. As estimativas e os pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis nestas circunstâncias. Estas formam a base para fazer julgamentos sobre os valores contabilísticos dos activos ou passivos que não são, de outro modo, imediatamente aparentes. Os resultados efectivos podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista, se a revisão afectar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afectar tanto o período corrente como os períodos futuros.

Foram identificados determinadas políticas contabilísticas em que a administração aplicou um grau mais elevado de apreciação, que têm um efeito significativo nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos com risco significativo de causar um ajustamento material dos montantes escriturados de activos e passivos no próximo exercício financeiro. Por conseguinte, os resultados efectivos podem, por definição, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas correspondentes. A utilização mais significativa de julgamentos e estimativas é pormenorizada a seguir:

#### Continuidade das actividades

A administração do Microbanco fez uma avaliação da sua capacidade de continuar a operar em regime de continuidade e concluiu que dispõe de recursos suficientes para prosseguir as suas actividades no futuro previsível. Ademais, a administração não tem conhecimento de quaisquer incertezas materiais que possam suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade do Microbanco de continuar a operar em regime de continuidade. Portanto, as demonstrações financeiras continuam a ser preparadas com base no pressuposto de continuidade.

#### Vida útil e valores residuais dos activos

Os activos fixos tangíveis são depreciados durante a sua vida útil, tendo em conta os valores residuais, quando for adequado. A vida útil real dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício financeiro e podem variar em função de vários factores. Na reavaliação da vida útil dos activos, são tidos em conta factores como a inovação tecnológica, os ciclos de vida dos produtos e os programas de manutenção.

#### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Microbanco com base nas regras fiscais. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva, podendo resultar em diferentes interpretações. Nestes casos, os valores contabilísticos resultam do melhor entendimento do Microbanco sobre o enquadramento adequado das suas operações, o que poderá ser questionado pelas autoridades fiscais. As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal do Microbanco por um período de até 5 (cinco) anos, o que poderá resultar em eventuais ajustamentos devido a uma interpretação diferente e/ou incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, Contribuição Industrial, IRT, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

### 1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza das estimativas (continuação)

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Microbanco está sujeito. Não se espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada em resultado destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

#### Activos por impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis no futuro contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são estimados com base em planos orçamentais que incluem estimativas e pressupostos relativos ao crescimento económico, juros, inflação, taxas de imposto e forças competitivas.

#### Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados no balanço não podem ser mensurados com base em cotações em mercados activos, o seu justo valor é determinado usando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados destes modelos são obtidos com base na informação disponível em mercados observáveis sempre que possível, mas quando tal não for viável, é necessário recorrer a alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações sobre factores como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. As alterações dos pressupostos relativos a estes factores podem afectar o justo valor dos instrumentos financeiros.

#### Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registados com recurso à abordagem estabelecida na NIRF 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, caso em que serão aplicados os requisitos específicos contidos na NIRF 9. Esta abordagem exige a provisão de perdas de crédito esperadas em vez de perdas de crédito incorridas, conforme exigido pela IAS 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e prospectivas), alterações estruturais nas indústrias, alterações nas circunstâncias individuais dos clientes e outros factores externos, tais como requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças de políticas governamentais.

Aquando da originação dos activos financeiros, serão registadas imparidades mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas a 12 meses. As imparidades mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida serão fornecidas em activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As imparidades mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida também serão fornecidas em activos financeiros que estejam com imparidade de crédito.

#### Locações em conformidade com a NIRF 16

Os julgamentos críticos feitos na aplicação da NIRF 16 incluem a identificação dos contratos de locação e a razoabilidade na determinação do exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão.

### 1.2 Activos tangíveis

Activos tangíveis são aqueles que o Microbanco detém para seu próprio uso ou para alugar a terceiros e que se espera que sejam utilizados durante mais de um ano.

O custo de um activo tangível é reconhecido como um activo quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluam para o Microbanco; e
- o custo do item poder ser mensurado com fiabilidade.

Os activos fixos tangíveis são inicialmente mensurados pelo seu custo.

Os custos incluem custos incorridos inicialmente para adquirir ou construir um elemento de activo fixo tangível e os custos incorridos subsequentemente para adicionar, substituir partes ou prestar manutenção ao activo. Quando um custo de substituição é reconhecido na quantia escriturada de um activo tangível, a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida.

Os activos tangíveis são mensurados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

Os activos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil prevista até ao seu valor residual estimado.

A vida útil dos activos tangíveis foi avaliada conforme se segue:

## 1.2 Activos tangíveis (continuação)

Item	Vida útil média
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Equipamento de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos
Obras em edifícios arrendados	Durante o prazo previsto da locação

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a alteração é contabilizada como uma alteração de estimativa contabilística.

Cada parte de um item do activo fixo tangível com um custo que seja significactivo em relação ao custo total do item é depreciada separadamente.

O débito de depreciação de cada exercício é reconhecido em resultados a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo.

Faz-se testes de imparidade aos activos tangíveis quando existe um indicador de que possam estar em imparidade. Quando a quantia escriturada de um activo tangível é avaliado como sendo superior à quantia recuperável estimada, faz-se o reconhecimento de uma perda por imparidade imediatamente nos resultados no sentido de alinhar a quantia escriturada com a quantia recuperável.

### Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível, apurado como sendo a diferença entre a quantia líquida em que o item tiver sido alienado, havendo, e a quantia escriturada do item, é incluído na demonstração de resultados quando o activo é desreconhecido.

## 1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para a entidade;;
- o custo do activo pode ser mensurado com fiabilidade.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao seu custo.

Os activos intangíveis são registados ao custo, menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Considera-se que um activo intangível tem uma vida útil indefinida quando, com base em todos os factores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual se espera que o activo gere fluxos de caixa líquidos. Estes activos intangíveis não são amortizados, mas são objecto de teste de imparidade anual e sempre que exista uma indicação de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a amortização é efectuada numa base linear ao longo da sua vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos activos intangíveis são revistos no final de cada período.

Reavaliar a vida útil de um activo intangível com uma vida útil finita depois de ter sido classificado como indefinido é um indicador de que o activo pode estar com imparidade. Como resultado, o activo é testado quanto à imparidade e a quantia escriturada remanescente é amortizada durante a sua vida útil.

As marcas geradas internamente, os cabeçalhos, os títulos de publicações, listas de clientes e itens semelhantes em substância não são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida numa base linear ao longo da vida útil estimada. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato, sendo o efeito de quaisquer alterações na estimativa contabilizado numa base prospectiva:

Item	Vida útil média
Programas informáticos	3 - 10 anos

### 1.3 Activos intangíveis (continuação)

Um activo intangível deixa de ser reconhecido no momento da alienação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do uso ou da alienação. O ganho ou perda resultante da anulação de um activo intangível, mensurado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e a quantia escriturada do activo, é reconhecido nos resultados quando o reconhecimento do activo é anulado.

### 1.4 Instrumentos financeiros

#### Classificação

O Microbanco classifica os activos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Microbanco pode fazer uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que de outra forma seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados para apresentar alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem constitui uma contrapartida contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se satisfizer ambas as condições abaixo e não for designado como justo valor através de resultado:

- O activo for detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objectivo é deter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do activo financeiro darem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

#### *Avaliação do modelo de negócios*

O Microbanco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócio em que um activo é detido ao nível da carteira, uma vez que esta reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e a informação é fornecida à gestão. A informação considerada inclui:

- as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão tem enfoque na obtenção de receitas de juros contratuais, na correspondência entre a duração dos activos financeiros e os passivos que financiam esses activos ou na realização de fluxos de caixa através da venda dos activos;
- a forma como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à direcção do Microbanco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócio (e os activos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, as razões das tais vendas e as expectativas sobre a actividade de vendas futuras. A informação sobre a actividade de vendas é considerada como parte da avaliação global da forma como o objectivo declarado do Microbanco para a gestão dos activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

#### *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juro*

Para efeitos desta avaliação, define-se "capital" como sendo o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se "Juro" como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao valor de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos do empréstimo (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas o pagamento de capital e juros, o Microbanco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Microbanco considera:

- A taxa de juros cobrada aos clientes;
- A comissão de originação e a comissão de serviço cobradas aos clientes;
- Quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (havendo);
- Eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- Características de alavancagem;
- Termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- Termos que limitam a reivindicação do Microbanco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e
- Características que modificam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, a reposição periódica das taxas de juro).

#### 1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Os activos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, depósitos noutras instituições financeiras, outros activos e empréstimos e adiantamentos.

Se o teste do modelo de negócio/SPPI não for cumprido, o activo financeiro será classificado como justo valor através através de resultado.

##### Reconhecimento inicial e mensuração

O Microbanco reconhece inicialmente os activos e passivos financeiros na data em que o Microbanco se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Isto é, na data em que estes instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção directamente imputáveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, conforme apropriado, no reconhecimento inicial.

O Microbanco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias após o reconhecimento inicial. Os activos financeiros são reclassificados apenas se o Microbanco alterar o seu modelo de negócio para a gestão de activos financeiros. Em conformidade com a NIRF 9:

- Os passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- Os activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócio.

##### Mensuração subsequente

*Instrumentos de capital próprio designados como justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)*

Os investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos de transacção. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas.

As quantias reconhecidas em outro rendimento integral não são reclassificadas para os resultados em nenhuma circunstância; em vez disso, serão transferidas para resultados retidos em caso de alienação.

##### *Custo amortizado*

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado são mensurados com recurso ao método do juro efectivo, deduzido de quaisquer perdas de crédito esperadas que são reconhecidas nos resultados. O custo amortizado é calculado tendo em conta eventuais custos de transacção na aquisição, bem como as comissões e os custos que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos com imparidade de crédito, a Empresa estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos com imparidade de crédito, é calculada uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito utilizando os fluxos de caixa estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e comissões que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente imputáveis à aquisição ou emissão de um activo ou passivo financeiro.

As comissões de originação são consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva e são contabilizadas como juros e outros proveitos similares.

As perdas de crédito esperadas são calculadas com recurso a uma metodologia de imparidade adequada.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

##### Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Microbanco realiza os direitos aos benefícios especificados no contrato, quando esses direitos expiram, quando o activo é substancialmente modificado ou quando Microbanco cede ou perde o controlo dos direitos contratuais que compõem o activo financeiro. No momento do desreconhecimento, a diferença entre o valor contabilístico do activo financeiro e os proveitos a receber (incluindo qualquer novo activo obtido) é incluída na demonstração do rendimento integral.

#### 1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Os passivos financeiros (ou parte dos mesmos) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. No momento do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro, incluindo os custos não amortizados relacionados e a quantia paga pelo mesmo é incluída na demonstração do rendimento integral.

##### Imparidade de activos financeiros

###### *Aumento significativo do risco de crédito*

Ao determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Microbanco considera informação razoável e sustentada que seja relevante e disponível sem custos e esforços indevidos. O Microbanco usou a presunção refutável de 30 dias de atraso para identificar um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

##### Risco de crédito

O Microbanco acompanha o risco de crédito dos mutuários através de informação qualitativa e quantitativa, como o número de dias em atraso e a recência. Os dias em atraso representam o número de dias em que a prestação contratual está vencida e a recência é calculada com base no histórico de pagamentos mais recente dos empréstimos. A definição de incumprimento usada na mensuração das perdas de crédito previstas é consistente com a definição de incumprimento usada para efeitos da nossa gestão interna do risco de crédito. A política da direcção consiste no uso da recência para avaliar o estado de incumprimento de um empréstimo, em vez dos dias de atraso, devido aos elevados níveis de processamento administrativo e aos atrasos associados às deduções salariais.

Portanto, usa-se a definição interna de incumprimento em vez da presunção de 90 dias prevista na NIRF 9.

###### *Definição de incumprimento*

O Microbanco considera que ocorre um evento de incumprimento, para efeitos de gestão interna do risco de crédito, quando se verifica qualquer das situações abaixo, uma vez que a experiência histórica indica que activos financeiros que satisfaçam qualquer destes critérios geralmente não são recuperáveis:

O Microbanco considera que as seguintes situações constituem um evento de incumprimento para efeitos de gestão interna do risco de crédito, uma vez que a experiência histórica indica que os activos financeiros que cumprem um dos seguintes critérios não são geralmente recuperáveis:

- incumprimento dos compromissos financeiros pelo devedor; ou
- quando informação desenvolvida internamente ou obtida de fontes externas indica improbabilidade do devedor pagar a totalidade dos seus credores, incluindo o Microbanco, (sem ter em conta quaisquer garantias detidas pelo Microbanco).

Independentemente da análise acima, o Microbanco considera existência de incumprimento quando um activo financeiro fica vencido há mais de 90 dias.

##### Activos financeiros com imparidade de crédito

Em cada data de reporte, o Microbanco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro é considerado como estando em imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados desse activo financeiro.

Evidência de que um activo financeiro esteja em imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou do mutuário;
- uma violação contractual, como incumprimento ou atraso de pagamento;
- o(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com a dificuldade financeira do mutuário, ter(em) concedido ao mutuário uma ou mais concessões que o(s) mutuante(s) não consideraria(m) de outra forma;
- se torne provável que o mutuário entre em falência ou outra forma de reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

###### *Política de abate*

O Microbanco anula um activo financeiro quando existe informação que indica que o devedor enfrenta graves dificuldades financeiras e não existe uma perspectiva realística de recuperação, por exemplo, quando o devedor é colocado em liquidação ou entra em processo de falência, ou no caso de créditos comerciais, quando os montantes estão vencidos há mais de dois anos, consoante o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos podem ainda ser sujeitos a actividades de execução no âmbito dos procedimentos de recuperação do Microbanco, tendo em conta assessoria jurídica, quando apropriado. As recuperações feitas são reconhecidas em resultados.

#### 1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

##### Mensuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas

O Microbanco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas nos seguintes activos financeiros:

- Empréstimos e adiantamentos; e
- Clientes e outras contas a receber.

As imparidades são mensuradas como perdas de crédito esperadas de 12 meses aquando da criação. Nos casos em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão para perdas é mensurada como um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento.

As provisões para perdas relativas a contas a receber comerciais e outras são sempre mensuradas por um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento.

As perdas de crédito esperadas de 12 meses correspondem à parte das perdas de crédito esperadas que resultam de eventos de incumprimento num instrumento financeiro, que possam ocorrer no período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas representam uma estimativa ponderada da probabilidade de perdas de crédito. Estas são mensuradas conforme se segue:

- Activos financeiros sem imparidade de crédito à data de reporte - como o valor actual de todos os défices de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Microbanco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber);
- Activos financeiros com imparidade de crédito à data de relato - como a diferença entre a quantia bruta escriturada e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia bruta escriturada do activo financeiro.

O Microbanco classifica o crédito em 3 estágios distintos com base na recência e nos dias de atraso, conforme se segue:

Classificação por estágio segundo a IFRS 9	Recência	Definição de recência
Perdas de crédito esperadas a 12 meses - O risco de crédito não aumentou significativamente visto que o reconhecimento inicial é baixo	Desempenho padrão	Sem prestação em atraso (NIRF 9 - Estágio 1).
Perdas de crédito esperadas ao longo da vida - Sem imparidade de crédito. O risco de crédito aumentou significativamente visto que o reconhecimento inicial e o risco de crédito não é baixo.	Desempenho activo (1-2)	Empréstimos em situação regular, com desconto na folha salarial, e que efectuaram o pagamento de uma ou duas prestações mais recentes esperadas. Créditos desta categoria são, principalmente, créditos em atraso técnico que, em geral, continuam com desconto na folha e, conseqüentemente, demonstram uma elevada propensão de pagamento. (IFRS 9 Estágio 2)
	Desempenho activo (3-4)	Créditos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos irregular (NPL), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (NIRF 9 Estágio 2).
Perdas de crédito esperadas ao longo da vida - Com Imparidade - o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e os empréstimos estão em incumprimento.	Créditos Improdutivo	Créditos que nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, não efectuaram pagamento de nenhuma das quatro prestações esperadas (NIRF 9 Estágio 3).
	Crédito de cobrança duvidosa	Créditos em mora cuja probabilidade de recuperação é incerta e para os quais foi confirmada a separação da folha salarial, bem como empréstimos com imparidade de crédito, identificados para abate, sujeitos à aprovação do Conselho de Administração. (IFRS 9 Estágio 3).

#### 1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Consulte a nota 31 sobre gestão e mensuração do risco de crédito.

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com incumprimento ou atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Tornar-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

#### Clientes e outros devedores

Contas a receber são mensuradas, no reconhecimento inicial, ao justo valor e posteriormente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas em resultados quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar em falência ou reorganização financeira, bem como o incumprimento ou mora nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A imparidade reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido em resultados em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas em resultados.

Clientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

#### Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas ao justo valor e posteriormente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e saldos bancários incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente conversíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Estes são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

#### Descobertos bancários e empréstimos obtidos

Descobertos bancários e empréstimos são inicialmente mensurados ao justo valor e posteriormente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

#### Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 1.5 Imposto

##### Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes referentes ao período corrente e anteriores são, na medida em que ainda não tenham sido pagos, reconhecidos como passivo. Caso o valor já pago em relação aos períodos corrente e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes referentes ao exercício corrente e a períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas e leis fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

##### Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por imposto diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por imposto diferido resultar do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que, no momento em que ocorre, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

### 1.5 Imposto (continuação)

Um activo por imposto diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que exista lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser usada. Um activo por imposto diferido não é reconhecido quando resulta do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção no momento da mesma, não afecta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal).

Um activo por imposto diferido é reconhecido para o reporte de prejuízos fiscais não utilizados e créditos (STC) não utilizados, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e os créditos (STC) não utilizados possam ser utilizados.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período em o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais (e legislação fiscal) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e quando estes estão relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal e o Microbanco pretender liquidar os seus activos e passivos fiscais correntes numa base líquida.

### Gastos com impostos

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos nos resultados do exercício, excepto na medida em que o imposto resulte de transacções ou eventos que sejam reconhecidos no mesmo período ou em período diferente, em outros rendimentos abrangentes.

### Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

### 1.6 Locações

No início de um contrato, o Microbanco avalia se o mesmo é ou contém uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um bem identificado durante um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato confere o direito de controlar o uso de um bem identificado, o Microbanco avalia se:

- O contrato envolve o uso de um activo identificado - isto pode ser especificado explícita ou implicitamente, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substancial, então o activo não é identificado;
- O Microbanco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do activo durante todo o período de utilização; e
- O Microbanco tem o direito de controlar o uso do activo. O Microbanco tem este direito quando tem os direitos de decisão mais relevantes para mudar como e para que finalidade o activo é utilizado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é pré-determinada, o Microbanco tem o direito de controlar o uso do activo se:
  - O Microbanco tiver o direito de explorar o activo; ou
  - O Microbanco tiver concebido o activo de uma forma que predetermina como e com que finalidade o activo é utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Microbanco atribui a contrapartida do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços autónomos relativos. No entanto, para as locações de terra e edifícios em que é locatário, o Microbanco optou por não separar os componentes que não sejam de locação e contabilizar os componentes de locação e os que não sejam de locação como um único componente de locação

### Como locatário

O Microbanco reconhece um activo por direito de uso um passivo de locação na data de início da locação. O activo por direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o montante inicial do passivo da locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de início ou antes da mesma, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmantelar e remover o activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou o local onde este se encontra, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo por direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método das quotas constantes, desde a data de início até ao fim da vida útil do activo por direito de uso ou o fim do prazo da locação, em função do que ocorrer primeiro. A vida útil estimada dos activos por direito de uso é determinada na mesma base que as dos bens e equipamentos. Ademais, o direito de uso do activo é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, havendo, e ajustado para certas reavaliações do passivo de locação.

## 1.6 Locações (continuação)

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor actual dos pagamentos da locação ainda não pagos na data de início descontados à taxa de juro implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, à taxa de empréstimo incremental do Microbanco. Em geral, o Microbanco usa a sua taxa de empréstimo incremental como a taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos que são, na prática, fixos
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou a taxa na data de início;
- Valores que devam ser pagos ao abrigo de uma garantia de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra que o Microbanco tenha a certeza razoável de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Microbanco tiver a certeza razoável de exercer uma opção de prorrogação, e sanções por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Microbanco tenha a certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. É reavaliado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma alteração num índice ou taxa, se existir uma alteração na estimativa do Microbanco sobre o montante que se espera que seja pagável ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou se o Microbanco altera a sua avaliação sobre se vai ou não exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado desta forma, é feito um ajuste correspondente na quantia escriturada do activo sob direito de uso, ou é registrado em resultados se a quantia escriturada do activo tiver sido reduzida a zero.

O Microbanco apresenta activos por direito de uso que não se enquadram na definição de investimento em "activos tangíveis" e passivos de locação financeira na demonstração da posição financeira.

### Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Microbanco optou por não reconhecer activos por direito de uso nem passivos por locação para locações de curto duração com prazo igual ou inferior a 12 meses e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamento informático. O Microbanco reconhece os pagamentos associados a estes contratos de locação como um gasto numa base linear ao longo do prazo de locação.

## 1.7 Imparidade de activos que não sejam financeiros

O Microbanco avalia no final de cada período de reporte se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Microbanco também:

- testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para uso quanto à imparidade, numa base anual; comparando o seu valor contabilístico com o valor recuperável. Este teste é realizado durante o período anual e sempre no mesmo momento em cada período.

Caso haja alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade, estima-se o valor recuperável do activo particular. Se não for possível estimar o valor recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

O valor recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se o valor recuperável de um activo for menor do que o valor escriturado, este é reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em resultados. Qualquer perda por imparidade de um activo reavaliado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em resultados. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo reavaliado é tratada como um aumento de revalorização.

## 1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Acções ordinárias são classificadas como capital próprio.

## 1.8 Capital social e capital próprio (continuação)

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como passivo para a empresa de que os mesmos são declarados.

## 1.9 Benefícios para os colaboradores

### Benefícios a curto prazo para os colaboradores

O custo dos benefícios de curto prazo aos colaboradores (pagos no prazo de 12 meses após a prestação do serviço, tais como licença remunerada e licença por doença, bónus e benefícios não monetários, como assistência médica) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo esperado das ausências remuneradas é reconhecido como gasto à medida que os colaboradores prestam serviços que incrementam o seu direito ou, no caso de ausências não acumuláveis, quando a ausência ocorre.

O custo esperado da participação nos lucros e de pagamento de bónus é reconhecido como gasto quando existe uma obrigação legal ou construtiva de efectuar tais pagamentos como resultado de desempenho passado.

### Planos de contribuição definida

Pagamentos referentes a planos de benefícios de aposentação e contribuições definidas são registados como custo quando vencem.

O Microbanco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

## 1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- o Microbanco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- for provável que venha a ser necessária emissão de recursos que incorpora benefícios económicos para liquidar a obrigação; e
- for possível estimar a obrigação com fiabilidade.

O valor da provisão é o valor presente das despesas que se espera que venham a ser necessárias para liquidar a obrigação.

Quando se espera que parte ou a totalidade do gasto necessário para liquidar uma provisão seja reembolsado por outra parte, o reembolso será reconhecido apenas quando for praticamente certo que será recebido caso a entidade liquide a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido como reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
  - o negócio ou parte do negócio em causa;
  - os principais locais afectados;
  - a localização, função e número aproximado de colaboradores que serão compensados pela cessação de seus serviços;
  - os gastos que serão realizados;
  - quando será implementado o plano.
- tiver suscitado uma expectativa válida sobre os afectados de que vai fazer reestruturação, começando a implementar esse plano ou anunciando as suas principais características aos afectados.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o que for maior entre:

- o valor que seria reconhecido como provisão; e
- o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências são divulgadas na Nota 29.

### 1.11 Rédito

#### Política geral

O rédito é mensurado com base na contrapartida que a Empresa espera ter direito a receber num contrato com um cliente, excluindo montantes cobrados em nome de terceiros. A receita é reconhecida líquida de provisões para devoluções e de quaisquer impostos cobrados aos clientes.

O rédito compreende comissões pela prestação de serviços aos clientes, cobrança de créditos próprios e encargos financeiros sobre empréstimos.

#### Rendimento de juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva à quantia escriturada bruta do activo financeiro, excepto para:

- activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito. Para esses activos financeiros, o Microbanco aplica a taxa de juro efectiva ajustada ao crédito ao custo amortizado do activo financeiro, desde o reconhecimento inicial;
- Activos financeiros não adquiridos ou originados com imparidade de crédito, mas que posteriormente ficaram activos financeiros com imparidade de crédito. Para esses activos financeiros, o Microbanco aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro nos períodos de relato subsequentes.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida esperada do activo ou passivo financeiro, até ao valor bruto contabilístico de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Microbanco estima os fluxos de caixa esperados considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todas as comissões e encargos pagos ou recebidos entre as partes do contrato que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, bem como custos de transacção e quaisquer outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva ajustada ao crédito é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida esperada do activo financeiro até ao custo amortizado de um activo financeiro que tenha sido adquirido ou originado com imparidade de crédito. Ao calcular a taxa de juro efectiva ajustada ao crédito, o Microbanco estima os fluxos de caixa esperados considerando todos os termos contratuais do activo financeiro e as perdas de crédito esperadas.

#### Rendimentos de serviços e comissões

O Microbanco obtém rendimentos de serviços e comissões pelos serviços prestados aos seus clientes. As comissões podem ser subdivididas nas duas categorias abaixo:

*Comissões cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo*

As comissões obtidas pelos serviços prestados durante um período de tempo são acumuladas durante esse período. Estas comissões incluem as receitas de comissões cobradas pela prestação de serviços como o seguro de garantias bancárias e de cartas de crédito.

*Receitas de honorários provenientes da prestação de serviços de transacções.*

As taxas são reconhecidas como receita quando um acto signicactivo tiver sido realizado.

### 1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

### 1.13 Custos de empréstimos

Custos de financiamento que sejam directamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o mesmo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de financiamento elegíveis para capitalização é determinado conforme se segue:

- Custos reais de financiamento sobre fundos especificamente obtidos para a aquisição de um activo qualificável, deduzidos de quaisquer investimentos temporários desses fundos.
- Média ponderada dos custos de financiamento aplicáveis à entidade sobre fundos obtidos de forma geral para a aquisição de um activo qualificável. Os custos de financiamento capitalizados não podem exceder o total de custos de financiamento incorridos.

A capitalização dos custos de financiamento inicia quando:

- as despesas do activo tiverem sido incorridas;

### 1.13 Custos de empréstimos (continuação)

- os custos de empréstimos foram incorridos; e
- as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estiverem em curso

A capitalização é suspendida durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para o seu uso pretendido ou venda são concluídas.

Todos os outros custos de financiamento são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

### 1.14 Conversão de moeda estrangeira

#### Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, em Meticais, que é a moeda funcional e de apresentação, aplicando ao montante em moeda estrangeira a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transacção.

No final de cada período de relato:

- Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando a cambio de fecho;
- Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transacção; e
- Itens não monetários mensurados ao justo valor em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão dos mesmos a taxas diferentes das usadas no reconhecimento inicial durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultados no período em que surgem.

Quando é reconhecido um ganho ou perda num item não monetário em outros resultados integrais e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda também é reconhecido em outros resultados integrais e acumulado no capital próprio. Quando um ganho ou perda num item não monetário é reconhecido em resultados, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é igualmente reconhecido em resultados.

Os fluxos de caixa provenientes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticais, aplicando ao montante em moeda estrangeira a taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira na data do fluxo de caixa.

### 1.15 Partes relacionadas

Partes relacionadas são indivíduos ou entidades em que o indivíduo e o Microbanco têm a capacidade de, directa ou indirectamente, controlar a outra parte ou exercer influência significativa sobre a mesma na tomada de decisões financeiras e operacionais. As transacções e saldos com partes relacionadas são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## Notas às demonstrações financeiras

### 2. Novas normas e interpretações

No exercício corrente, o Microbanco aplicou todas as Normas e Interpretações novas e revistas, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para o exercício contabilísticos com início a 01 de Janeiro de 2024.

#### 2.1 Normas e interpretações novas e revistas que entraram em vigor e foram adoptadas no exercício corrente.

As Normas e Interpretações relevantes apresentadas abaixo foram aplicadas nas presentes demonstrações financeiras. Contudo, não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da organização, podendo, no entanto, vir a afectar as contas relativas a transacções ou acordos futuros.

- IAS 21 Efeitos de Alteração das Taxas de Câmbio – clarificação sobre a inexistência de convertibilidade e divulgações adicionais necessárias quando a taxa de câmbio carece de ser estimada (com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2025).

#### 2.2 Normas e interpretações ainda não efectivas.

À data de autorização das presentes demonstrações financeiras, tinham sido emitidas as Normas e Interpretações relevantes, mas ainda sem efeitos, sendo aplicáveis apenas a exercício com início nas respectivas datas indicadas ou após as mesmas:

- IAS 21 Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária (com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2027)
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – alterações sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2026).
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – alterações sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2026).
- IFRS 14 Contas de Diferimento Regulatórias (com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2026).
- IFRS 18 Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras – emissão original (com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2027).
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – emissão original – alterações para actualização com Normas da IFRS novas ou revistas emitidas entre 28 de Fevereiro de 2021 e 1 de Maio de 2024, que não foram consideradas quando a IFRS 19 foi inicialmente emitida (com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2027).

O Conselho de Administração prevê que estas alterações sejam aplicadas nas demonstrações financeiras anuais da Empresa para os exercícios com início nas respectivas datas indicadas acima. Este órgão ainda não avaliou o potencial impacto da aplicação destas alterações.

### 3. Juros e outros rendimentos similares

	2025	2024
Juros de empréstimos e adiantamentos	5,132,725,165	4,798,922,687
Juros bancários e de títulos de investimento	31,892,142	246,256,651
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>5,164,617,307</b>	<b>5,045,179,338</b>

### 4. Juros e gastos similares

	2025	2024
Juros de obrigações e papéis comerciais	748,025,943	899,435,167
Juros de empréstimos e descobertos bancários	696,640,105	866,544,149
Juros de empréstimos dos accionistas	7,476,226	8,630,769
Juros sobre passivos de locação.	12,558,881	12,412,768
Juros de depósitos de clientes	762,390,803	645,521,104
<b>Total de juros e gastos similares</b>	<b>2,227,091,958</b>	<b>2,432,543,957</b>

### 5. Receita líquida de serviços e comissões.

	2025	2024
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Comissões de intermediação nos seguro de vida	119,754,991	97,440,957
<b>Gastos com serviços e comissões</b>		
Gastos com serviços e comissões	(117,019,402)	(111,832,495)
<b>Receita líquida de serviços e comissões.</b>	<b>2,735,589</b>	<b>(14,391,538)</b>

### 6. Ganhos / (perdas) cambiais líquidas

	2025	2024
<b>Ganhos / (perdas) cambiais</b>		
Ganhos / (perdas) cambiais	16,077,859	(3,876,091)

### 7. Outros rendimentos

	2025	2024
A rúbrica de outros rendimentos é apresentada conforme se segue:		
Rendimentos diversos	1,019,131,948	3,209,051
Rendas de locação operacional	-	2,564,823
<b>Total de outros rendimentos</b>	<b>1,019,131,948</b>	<b>5,773,874</b>
Rendimentos diversos incluem:		
Anulação de empréstimos de accionistas*	1,017,256,874	-
Outros	1,875,074	3,209,051
<b>Total de rendimentos diversos</b>	<b>1,019,131,948</b>	<b>3,209,051</b>

\* No âmbito do processo de reestruturação empresarial, a Bayport Management Ltd, empresa-mãe do Microbanco, decidiu perdoar um empréstimo concedido no valor de 960,116,430 meticais. Consequentemente, o imposto retido na fonte sobre juros acumulado, no valor de 57,140,441 meticais, foi também revertido.

### 8. Gastos com o pessoal

	2025	2024
As despesas com pessoal são apresentadas conforme se segue:		
Salários	602,398,113	534,162,402
Contribuições para o INSS	8,622,794	7,955,615
Contribuições para o Fundo de Pensões do Bayport	7,413,289	-
<b>Total dos gastos com o pessoal</b>	<b>618,434,196</b>	<b>542,118,017</b>

## 9. Outros gastos operacionais

	2025	2024
Impostos e direitos pagos - imposto de selo	72,423	1,581,903
Honorários profissionais	301,507,214	378,535,885
Deslocações estadias	38,033,621	38,749,434
Comunicações	10,489,976	5,184,584
Aluguer de exploração*	150,312	98,927
Publicidade	6,209,780	2,518,692
Combustível	3,166,172	2,828,989
Despesas de representação	169,478	576,320
Seguros	3,781,288	4,324,478
Multas, sanções e perdas operacionais	3,220,159	7,920,659
Serviços de segurança	6,343,266	6,465,268
Impressão e material de escritório	9,853,654	10,299,803
Manutenção e reparação	4,630,631	3,491,821
Outras despesas	201,096,662	184,019,631
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>588,724,636</b>	<b>646,596,394</b>

\* Custos de locações operacionais são constituídos por arrendamentos de activos de baixo valor e arrendamentos com duração de 12 meses ou menos, que não são contabilizados em conformidade com as divulgações da IFRS 16. Estes incluem aluguer de espaço para geradores e taxas de condomínio.

## 10. Impostos sobre o rendimento

### 10.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

	2025	2024
<b>Imposto corrente</b>		
Em relação ao exercício corrente	838,988,204	221,769,031
Imposto retido na fonte	44,182,371	50,574,067
<b>Total do imposto corrente</b>	<b>883,170,575</b>	<b>272,343,098</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Em relação ao exercício corrente	(6,538,931)	25,128,018
Em relação ao exercício anterior	1,837,767	(1,738,648)
<b>Total de impostos diferidos</b>	<b>(4,701,164)</b>	<b>23,389,370</b>
<b>Total da despesa de imposto sobre rendimento reconhecida no exercício corrente</b>	<b>878,469,411</b>	<b>295,732,468</b>

### Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2025		2024	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		2,799,416,197		1,006,693,980
Imposto à taxa aplicável	32.00%	895,813,183	32.00%	322,142,074
<b>Efeito fiscal dos ajustes sobre o rendimento tributável</b>				
Encargos não dedutíveis	0.82%	22,891,496	2.89%	29,070,267
Encargos dedutíveis		(79,716,476)	-12.88%	(129,443,310)
<b>Tributação</b>		<b>838,988,204</b>		<b>221,769,031</b>
Imposto retido na fonte		44,182,371		50,574,067
<b>Total do imposto corrente</b>		<b>883,170,575</b>		<b>272,343,098</b>
<b>Taxa de imposto efectiva</b>		<b>31.55%</b>		<b>27,05%</b>

### 10.2 Activos e passivos por impostos correntes

	2025	2024
Passivos por imposto corrente	(519,828,932)	(18,295,404)
	<b>(519,828,932)</b>	<b>(18,295,404)</b>
A 01 de Janeiro	(18,295,404)	138,527,412
Imposto liquidado	337,454,676	64,946,214
Imposto corrente do exercício reconhecido em resultados	(838,988,204)	(221,769,032)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>(519,828,932)</b>	<b>(18,295,404)</b>

### 10.3 Activos e passivos por impostos diferidos

Apresenta-se, abaixo, a análise dos activos por imposto diferido apresentada na demonstração da posição financeira.

	2025	2024
<b>Discriminação dos activos por imposto diferido</b>		
NIRF 16 – Activo por Direito de Uso	2,306,893	3,296,318
<b>Total de Activos por impostos diferidos</b>	<b>2,306,893</b>	<b>3,296,318</b>
<b>Discriminação dos passivos por imposto diferido</b>		
Deduções de capital aceleradas para efeitos fiscais	(51,955,573)	(63,397,653)
Diferenças cambiais não realizadas	(5,812,119)	(60,629)
<b>Total de passivos por imposto diferido</b>	<b>(57,767,692)</b>	<b>(63,458,282)</b>
<b>Activos e passivos por imposto diferido</b>	<b>(55,460,799)</b>	<b>(60,161,964)</b>
<b>Reconciliação do saldo de impostos diferidos</b>		
A 01 de Janeiro	(60,161,964)	(36,772,593)
Amortizações aceleradas de capital	11,442,080	(24,038,521)
Perdas cambiais não realizadas	(5,751,491)	702,352
NIRF 16 – Activo por direito de uso	(989,425)	(53,202)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>(55,460,799)</b>	<b>(60,161,964)</b>

### 11. Caixa e depósitos junto do Banco Central

	2025	2024
<b>Caixa</b>		
Dinheiro em caixa	-	5,801
<b>Depósitos junto do Banco Central</b>		
Moeda local	2,101,130,341	1,776,854,875
<b>Total de depósitos junto do Banco Central</b>	<b>2,101,130,341</b>	<b>1,776,854,875</b>
<b>Total de caixa e depósitos junto do Banco Central</b>	<b>2,101,130,341</b>	<b>1,776,860,676</b>

Os saldos mantidos junto do Banco de Moçambique satisfazem os requisitos desta instituição para a manutenção de reservas de caixa suficientes. O requisito mínimo de reservas de caixa era de 1,575,966,909 meticais a 31 de Dezembro de 2025 (31 de Dezembro de 2024: 1,580,509,708 meticais). De acordo com as regras vigentes a 31 de Dezembro de 2025, conforme especificado na Circular n.º 01/EMO/2025 do Aviso 01/GBM/2023 do Banco de Moçambique, as instituições financeiras devem depositar um saldo médio de 29% em moeda local e 29.50% em moeda estrangeira dos depósitos de seus clientes no final de cada período de cálculo (2024: 39% e 39.50%, respectivamente). Não são auferidos juros sobre estes saldos de reserva junto do Banco de Moçambique.

### 12. Depósitos em outras instituições financeiras

	2025	2024
<b>Dinheiro móvel</b>		
Dinheiro móvel	9,290,500	5,132,894
<b>Valores a receber de bancos</b>		
Moeda local	1,579,913,007	2,249,808,276
Moeda estrangeira	15,202	134,479
<b>Total de valores a receber de bancos</b>	<b>1,579,928,209</b>	<b>2,249,942,755</b>
<b>Total de depósitos em outras instituições financeiras</b>	<b>1,579,928,209</b>	<b>2,255,075,649</b>

### 13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

	2025	2024
Montante brutos	16,459,127,572	16,604,189,935
Despesas diferidas	713,543,634	735,656,944
Rendimentos diferidos	(312,843,526)	(500,082,466)
Provisão para imparidade	(873,284,931)	(1,145,542,221)
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>15,986,542,749</b>	<b>15,694,222,192</b>
<b>Provisão para imparidade</b>		
A 01 de Janeiro	1,145,542,221	1,061,692,716
Imparidade líquida reconhecida em resultados	(68,282,351)	315,529,497
Uso da provisão para imparidade	(203,974,940)	(231,679,992)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>873,284,931</b>	<b>1,145,542,221</b>
Activos não correntes	13,377,692,971	13,268,550,000
Activos correntes	2,608,849,778	2,425,672,192
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>15,986,542,749</b>	<b>15,694,222,192</b>

Por favor consulte a nota 31.1 para informações sobre os riscos de crédito.

Na data do relatório, os valores abaixo representam empréstimos e contas a receber de administradores executivos e não executivos:

Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	2,755,216	1,527,875
<b>Empréstimos e créditos a administradores</b>	<b>2,755,216</b>	<b>1,527,875</b>

### 14. Outros activos

	2025	2024
Pagamentos antecipados	19,152,951	18,868,302
Outras contas a receber	27,766,168	23,039,502
<b>Total de outros activos</b>	<b>46,919,129</b>	<b>41,907,804</b>
As outras contas a receber são compostas pelos seguintes itens:		
Adiantamentos a colaboradores	69,564	29,513
Depósitos para alugueres	2,185,119	2,185,119
Devedores diversos	25,511,490	20,824,870
<b>Total de outras contas a receber</b>	<b>27,766,168</b>	<b>23,039,502</b>
Os devedores diversos incluem:		
Comissão de seguro de vida de crédito	23,184	9,763,090
Outros	25,488,306	11,061,780
<b>Total de devedores diversos</b>	<b>25,511,490</b>	<b>20,824,870</b>

### 15. Títulos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, o Microbanco possuía os seguintes investimentos:

		2025	2024
<b>Tipo de investimento</b>			
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.1	6,960,302	6,960,302
Activos financeiros ao custo amortizado	14.2	1,911,635,396	-
Total de activos financeiros detidos		1,918,595,698	-
Imparidade de activos financeiros	14.2	(193,467,060)	-
		<b>1,725,128,638</b>	<b>6,960,302</b>
Saldo inicial		6,960,302	6,960,302
Adições		6,944,742,934	5,255,442,177
Vencidas		(5,033,107,538)	(5,255,442,177)
<b>Em 31 de Dezembro</b>		<b>1,918,595,698</b>	<b>6,960,302</b>

### 15.1 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0.50	63,275	6,327,548
Taxa de registo		-	-	632,754
		<b>0.50</b>	<b>63,275</b>	<b>6,960,302</b>

Em Setembro de 2018, o Microbanco adquiriu uma participação de 0.5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO).

O investimento não é detido para negociação. Como tal, os administradores do Microbanco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral.

O investimento representa 0.5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) relativamente ao licenciamento da SIMO que presta serviços de pagamento sociedades financeiras. O investimento é contabilizado pelo seu custo, uma vez que o seu justo valor não pode ser mensurado de forma fiável.

### 15.2 Activos financeiros ao custo amortizado

	2025	2024
Bilhetes do Tesouro	1,911,635,396	-
Imparidade de Títulos do Tesouro	(193,467,060)	-
	<b>1,718,168,336</b>	<b>-</b>

Os Bilhetes do Tesouro fazem parte da carteira de activos líquidos do Microbanco, em conformidade com a regulamentação do Banco de Moçambique sobre Rácio de Liquidez (Aviso 14/GBM/2017). A estratégia do Microbanco é investir em títulos com vencimento máximo de um ano a contar da data do investimento.

**16. Activos tangíveis**

<b>Custo</b>	<b>Mobiliário de escritório e accessórios</b>	<b>Viaturas</b>	<b>Equipamento de escritório</b>	<b>Equipamento informático</b>	<b>Benefitorias em imóveis arrendados</b>	<b>Activos em construção</b>	<b>Total</b>
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>24,431,119</b>	<b>45,810,512</b>	<b>27,789,147</b>	<b>65,904,034</b>	<b>70,808,048</b>	-	<b>234,742,862</b>
Adições	363,540	-	1,295,736	913,385	3,009,383	8,026,636	13,608,680
Alienações	-	(6,800,000)	-	(1,318,801)	-	-	(8,118,801)
<b>Em 1 de Janeiro de 2025</b>	<b>24,794,659</b>	<b>39,010,512</b>	<b>29,084,883</b>	<b>65,498,618</b>	<b>73,817,431</b>	<b>8,026,636</b>	<b>240,232,741</b>
Adições	339,680	11,492,701	3,069,260	6,045,898	3,597,102	-	24,544,641
Alienação	(1,009,569)	7,634,500	(1,024,622)	(535,318)	-	-	10,204,009
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>24,124,770</b>	<b>42,868,713</b>	<b>31,129,521</b>	<b>71,009,198</b>	<b>77,414,533</b>	-	<b>254,573,371</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>23,406,060</b>	<b>28,334,734</b>	<b>23,569,022</b>	<b>55,274,615</b>	<b>61,211,105</b>	-	<b>191,795,536</b>
Depreciação do exercício	504,209	4,819,566	1,923,168	6,966,617	3,984,279	-	18,197,838
Alienações	-	(5,250,208)	-	(1,058,561)	-	-	(6,308,769)
<b>Em 01 de Janeiro de 2025</b>	<b>23,910,269</b>	<b>27,904,092</b>	<b>25,492,190</b>	<b>61,182,671</b>	<b>65,195,384</b>	-	<b>203,684,606</b>
Depreciação do exercício	354,283	3,265,721	2,412,384	4,141,705	3,218,647	-	13,392,740
Alienações	(990,607)	6,517,409	(1,017,679)	330,441	-	-	8,856,136
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>23,273,945</b>	<b>24,652,404</b>	<b>26,886,895</b>	<b>64,993,935</b>	<b>68,414,031</b>	-	<b>208,221,210</b>
<b>Quantia escriturada</b>							
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>850,825</b>	<b>18,216,309</b>	<b>4,242,626</b>	<b>6,015,263</b>	<b>9,000,502</b>	<b>8,026,636</b>	<b>46,352,161</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>884,390</b>	<b>11,106,420</b>	<b>3,592,693</b>	<b>4,315,947</b>	<b>8,622,047</b>	<b>8,026,636</b>	<b>36,548,135</b>

## 17. Activo por direito de uso

O Microbanco arrenda edifícios para as suas operações. Apresenta-se, abaixo, informação sobre os arrendamentos em que o Microbanco é arrendatário:

<b>Custo</b>	<b>Locação de espaço</b>
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>249,103,333</b>
Adições	5,881,961
Modificações	(4,610,864)
<b>Em 01 de Janeiro de 2025</b>	<b>250,374,430</b>
Adições	82,128,768
Modificações	(2,946,396)
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>329,556,802</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>174,145,905</b>
Depreciação do exercício	27,868,747
Rescisão da locação	-
<b>Em 01 de Janeiro de 2025</b>	<b>202,014,652</b>
Depreciação do exercício	25,357,603
Rescisão da locação	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>227,372,255</b>
<b>Valor escriturado</b>	
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>102,184,547</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>48,359,778</b>

### 17.1 Montante reconhecido em resultados

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Juros sobre passivos de arrendamento	12,558,881	12,412,768
Depreciação do activo por direito de uso	25,357,602	27,868,747
Modificações e despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	141,029	467,802
	<b>38,057,512</b>	<b>40,749,317</b>

### 17.2 Montante reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Passivos de arrendamento – capital reembolsado	24,282,840	17,233,526
Passivos de arrendamento – juros pagos	12,558,881	12,412,768
	<b>36,841,721</b>	<b>29,646,294</b>

## 18. Activos intangíveis

Custo	Programas informáticos	Activos em desenvolvimento	Total
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>556,460,457</b>	<b>33,141,191</b>	<b>589,601,648</b>
Adições	730,800	255,875	986,675
Transferências	9,144,410	(9,144,410)	-
<b>Em 01 de Janeiro de 2025</b>	<b>566,335,667</b>	<b>24,252,656</b>	<b>590,588,323</b>
Adições	-	1,966,568	1,966,568
Transferências	19,446,733	(19,446,733)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>585,782,400</b>	<b>6,772,491</b>	<b>592,554,891</b>
<b>Depreciação acumulada</b>			
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>277,658,493</b>	-	<b>277,658,493</b>
Depreciação do exercício	59,860,364	-	59,860,364
<b>Em 01 de Janeiro de 2025</b>	<b>337,518,857</b>	-	<b>337,518,857</b>
Depreciação do exercício	58,257,662	-	58,257,662
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>395,776,519</b>	-	<b>395,776,519</b>
<b>Valor escriturado</b>			
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>190,005,881</b>	<b>6,772,491</b>	<b>196,778,372</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>228,816,810</b>	<b>24,252,656</b>	<b>253,069,466</b>

## 19. Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

	2025	2024
<b>Cientes empresariais</b>		
Depósitos a prazo	1,594,621,107	1,816,343,141
Contas correntes	32,140,878	28,644,832
<b>Cientes individuais</b>		
Depósitos a prazo	3,775,264,911	2,157,114,967
Contas correntes	89,133,745	293,150,288
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>5,491,160,641</b>	<b>4,295,253,228</b>
<b>Análise por maturidade</b>		
<b>Passivos correntes</b>		
Depósitos a prazo	2,252,790,431	2,152,534,346
Contas correntes	121,274,622	321,795,120
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>2,374,065,054</b>	<b>2,474,329,466</b>
<b>Passivos não correntes</b>		
Depósitos a prazo	3,117,264,911	1,820,923,762
Contas correntes	-	-
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>3,117,264,911</b>	<b>1,820,923,762</b>
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>5,491,160,641</b>	<b>4,295,253,228</b>

## 20. Outros passivos

Passivos correntes

	2025	2024
Contas a pagar	743,469,531	640,014,278
Dividendos a pagar	783,869,628	286,196,570
Imposto retido a pagar	47,022,078	80,974,132
Credores diversos e acréscimos	162,398,511	97,626,821
<b>Total de outros passivos</b>	<b>1,736,759,748</b>	<b>1,104,811,801</b>

## 21. Outros passivos

	2025	2024
<b>Análise de maturidade</b>		
Até 1 ano	35,138,708	32,503,060
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	93,966,727	44,912,676
Mais de 5 anos	75,953,637	-
	<b>205,059,073</b>	<b>77,415,736</b>
menos: encargos financeiros futuros	(95,665,486)	(18,754,963)
<b>Total dos passivos de locação a valor descontado em 31 de Dezembro</b>	<b>109,393,587</b>	<b>58,660,773</b>
<b>Valor actual dos pagamentos mínimos de locação a liquidar</b>		
Dentro de uma ano	16,098,985	23,794,625
Do segundo ao quinto ano inclusive	93,294,603	34,866,148
<b>Valor actual dos pagamentos mínimos de locação</b>	<b>109,393,588</b>	<b>58,660,773</b>
Passivos não correntes	93,294,603	34,866,148
Passivo corrente	16,098,985	23,794,625
<b>Passivos de locação</b>	<b>109,393,588</b>	<b>58,660,773</b>

## 22. Empréstimos obtidos

	2025	2024
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Obrigações corporativas	3,906,376,137	3,786,134,620
Papel comercial	300,875,000	393,218,889
Empréstimos a prazo	2,928,729,968	4,020,763,647
Custos de transacção	(50,360,264)	(57,630,225)
	<b>7,085,620,840</b>	<b>8,142,486,931</b>

(i) As obrigações corporativas têm datas de vencimento que variam de Maio de 2026 a Outubro de 2030.

(ii) O papel comercial tem data de vencimento em Outubro de 2026.

(iii) Os empréstimos a prazo têm datas de vencimento que variam de Junho de 2026 a Setembro de 2028

	2025	2024
<b>Passivos não correntes</b>		
Ao custo amortizado	3,754,723,500	4,561,265,767
<b>Passivos correntes</b>		
Ao custo amortizado	3,330,897,340	3,581,221,164
<b>Total de empréstimos obtidos</b>	<b>7,085,620,840</b>	<b>8,142,486,931</b>

O Bayport tem compromissos financeiros relacionados com os seus Empréstimos a Prazo e que deve cumpri-los e apresentar relatórios sobre os mesmos numa base mensal e trimestral, conforme os contratos. Os compromissos financeiros incluem limites mínimos e máximos que não devem ser violados. Em caso de violação dos compromissos, os Mutuantes reservam-se o direito de exigir liquidação imediata do saldo em dívida. Portanto, o direito de postergar o pagamento da parcela não corrente por mais 12 meses após a data de reporte depende da capacidade do Bayport de cumprir com estes compromissos. Em 31 de Dezembro de 2025, o Bayport cumpriu todos os seus compromissos financeiros e, como tal, classificou 1,391,020,419 meticais (Dezembro de 2024: 1,997,039,325 meticais) dos empréstimos a prazo como não correntes.

## 23. Montante a pagar aos accionistas

	2025	2024
Empréstimos de accionistas	36,022,404	1,138,278,933
Honorários profissionais	227,542,077	195,153,578
	<b>263,564,480</b>	<b>1,333,432,511</b>
<b>Análise de maturidade</b>		
Passivos não correntes	-	1,138,278,933
Passivos correntes	263,564,480	195,153,578
	<b>263,564,480</b>	<b>1,333,432,511</b>

### 23. Montante a pagar aos accionistas (continuação)

- (i) Os empréstimos em dívida da Bayport Management Ltd estão denominados em MZN. Foi concedida uma linha de financiamento para 10 anos em USD, no valor de USD 22,500,000, em Janeiro de 2015, com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano. USD 10,5 milhões desta linha foram posteriormente convertidos em capital social e o saldo remanescente foi convertido em um empréstimo em MZN com aprovação dos accionistas. 960,116,430 meticais do empréstimo (incluindo juros acumulados) foi perdoado pelo mutuante em Dezembro de 2025. Em Janeiro de 2017, foi concedida uma linha adicional de financiamento no valor de USD 45 milhões a uma taxa fixa de 4% ao ano. O montante sacado deste financiamento em USD foi totalmente pago em 2022. USD 11.495.526 ainda estava disponível para saque em 31 de Dezembro de 2025 (2024: USD 11,495,526).
- (ii) Honorários profissionais foram cobrados a 1,5% dos adiantamentos brutos a partir de Novembro de 2016 e a 1% dos adiantamentos brutos de 01 de Janeiro de 2024 até 31 de Dezembro de 2024 ( a partir de 01 de Janeiro de 2025, não são mais cobrados tais honorários).

### 24. Capital social

	Capital social	Total
<b>Em 01 de Janeiro de 2023</b>	<b>2,776,000,000</b>	<b>2,776,000,000</b>
Reembolso de depósito para acções	-	-
Emissão de acções	-	-
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>2,776,000,000</b>	<b>2,776,000,000</b>
Reembolso de depósito para aquisição de acções	-	-
Emissão de acções	-	-
<b>31 de Dezembro de 2025</b>	<b>2,776,000,000</b>	<b>2,776,000,000</b>
		Total
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>		<b>2,776,000</b>
Emissão de acções		-
<b>Em 01 de Janeiro de 2025</b>		<b>2,776,000</b>
Emissão de acções		-
<b>31 de Dezembro de 2025</b>		<b>2,776,000</b>

Durante o exercício, não foram emitidas acções ordinárias (2024: Nenhuma).

### 25. Reservas legais

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Microbanco deve, anualmente, fazer alocação para uma reserva legal, nas seguintes proporções:

- Um mínimo de 30% do lucro, quando as reservas formadas forem inferiores ao capital realizado;
- Um mínimo de 15% do lucro, quando as reservas formadas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

Como resultado, em 2025, foi transferida para a reserva legal a quantia de 213,288,454 meticais, com base nos lucros obtidos em 2024.

	2025	2024
Em 01 de Janeiro	825,589,789	702,934,115
Transferência da conta de excedente de resultados	213,288,454	122,655,674
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>1,038,878,243</b>	<b>825,589,789</b>

### 26. Caixa utilizado em operações

	2025	2024
Lucro antes de impostos	2,799,416,197	1,006,685,376
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	96,625,869	105,926,949
Perda na alienação de activos tangíveis	325,944	898,634
Custos financeiros	2,227,091,958	2,432,543,957
Perda cambial não realizada	(18,403,709)	3,129,094
Aumento da provisão para imparidade de crédito	(46,221,217)	382,720,404
<b>Variações no capital circulante:</b>		
Aumento de outros activos	(9,178,041)	(2,800,376)
Aumento dos adiantamentos brutos	(246,099,341)	(757,913,154)
Redução de outros passivos	(876,372,134)	(19,321,084)
Aumento de depósitos de clientes	1,195,907,411	109,681,012
<b>Caixa usado nas operações</b>	<b>5,123,092,938</b>	<b>3,261,550,812</b>

## 27. Variação dos passivos resultantes de actividades de financiamento

### Reconciliação dos passivos resultantes de actividades de financiamento – 2025

	Passivos de locação	Empréstimos	Obrigações e papel comercial	Empréstimos de accionistas	Total
Saldo inicial	58,660,773	3,989,437,356	4,153,049,576	1,138,278,932	9,339,426,638
<b>Itens de fluxo de caixa:</b>					
Recebimentos	78,955,747	1,160,609,840	1,454,537,400	-	2,694,102,987
Reembolso de capital	(24,282,840)	(2,192,005,812)	(1,383,111,600)	(41,430,505)	(3,640,830,757)
Juros / cupões pagos	(12,558,881)	(674,314,594)	(763,439,457)	-	(1,450,312,932)
Custos de transacção diferidos pagos	-	(8,929,714)	(22,558,829)	-	(31,488,543)
<b>Itens que não são fluxo de caixa</b>					
Juros acumulados	12,558,881	613,676,886	719,911,285	6,864,215	1,353,011,267
Custos de transacção diferidos acumulados	-	17,900,867	20,857,637	-	38,758,504
Outros ajustamentos	(3,940,092)	-	-	(1,067,690,238)	(1,071,630,330)
<b>Saldo final</b>	<b>109,393,588</b>	<b>2,906,374,829</b>	<b>4,179,246,012</b>	<b>36,022,404</b>	<b>7,231,036,833</b>

### Reconciliação dos passivos resultantes de actividades de financiamento – 2024

	Passivos de locação financeira	Empréstimos	Obrigações e papel comercial	Empréstimos de accionistas	Total
Saldo inicial	85,424,679	4,252,826,376	4,355,934,828	1,142,929,575	9,837,115,459
<b>Itens de fluxo de caixa:</b>					
Recebimentos	5,881,961	1,925,085,425	755,059,800	-	2,686,027,186
Reembolso de capital	(17,233,526)	(2,178,053,670)	(951,357,600)	-	(3,146,644,796)
Juros / cupões pagos	(12,412,768)	(843,663,715)	(892,556,411)	(12,590,950)	(1,761,223,844)
Custos de transacção diferidos pagos	-	(13,756,417)	(14,089,938)	-	(27,846,355)
<b>Itens sem fluxo de caixa</b>					
Juros acumulados	12,412,769	826,248,526	878,804,968	7,940,308	1,725,406,571
Custos de transacção diferidos acumulados	-	20,750,831	21,253,929	-	42,004,760
Outros ajustamentos	(15,412,342)	-	-	-	(15,412,342)
<b>Saldo final</b>	<b>58,660,773</b>	<b>3,989,437,356</b>	<b>4,153,049,576</b>	<b>1,138,278,932</b>	<b>9,339,426,638</b>

## 28. Caixa e equivalentes de caixa

Apresenta-se, abaixo, o resumo da composição do total de caixa e equivalentes de caixa:

		2025	2024
Caixa e depósitos junto do Banco Central	10	2,101,130,341	1,776,860,676
Depósitos em outras instituições financeiras	11	1,579,928,209	2,255,075,649
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3,681,058,550</b>	<b>4,031,936,325</b>

## 29. Compromissos e contingências

Na data do relatório existiam os compromissos e contingências abaixo:

### Financiamentos

Os contratos de financiamento a prazo com credores externos incluem garantia sobre a carteira de crédito no valor de 6,814,270,149 MZN (2024: MZN 9,628,996,000) em caso de incumprimento não remediado declarado pelo credor.

### Locações

O Microbanco celebrou vários contratos de locação para as suas 11 agências, bem como para as operações da sede. Estes foram tratados em conformidade com os requisitos da NIRF 16, conforme divulgado na Nota 20.

## 29. Compromissos e contingências (continuação)

### Litígios

Havia acções judiciais em curso contra o Microbanco em 31 de Dezembro de 2025, com expectativa de resolução em 2026. Estes treze processos distintos foram intentados por terceiros, clientes, agentes e antigos colaboradores entre 2020 e 2025 por diversos motivos. O Microbanco nega veementemente responsabilidade e está a se defender. O parecer jurídico recebido apoia a convicção dos administradores de que as reivindicações não têm mérito. Caso o Microbanco seja considerado responsável, os administradores foram informados que a compensação provável não deverá exceder 9.379.569 MZN. Considerando a prudência, a administração constituiu uma provisão operacional para perdas no valor de 5.000.000 MZN.

Ademais, ao longo de 2025, o Microbanco teve procedimentos de arbitragem contra certos Conselhos Municipais de Moçambique por incumprimento de obrigações de crédito, bem como contra clientes e agentes bancários devido à submissão de documentação fraudulenta durante a concessão de créditos e uso não autorizado da marca do Microbanco. Estas acções avançaram significativamente e, segundo previsões institucionais, deverão ser concluídas até o final de 2026, com alta probabilidade de recuperação de valores devidos no valor de 9.964.790 MZN.

## 30. Partes relacionadas

Todas as transacções com partes relacionadas realizadas durante o período de reporte foram feitas em condições de mercado. Apresenta-se mais detalhes abaixo:

	2025	2024
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd	Bayport Management Ltd
Empresa com accionistas comuns	Actvest (Proprietary) Limited	Actvest (Proprietary) Limited
Accionistas	-	Whatana Investments, S.A
Outras partes relacionadas	Whatana Investments, S.A	-
Administradores	Grant Kurland Ana Alves	Grant Kurland Helena Fernandes
	2025	2024
Conselho Fiscal	RSM Moçambique – nomeado em Outubro de 2025	CW Ducker – desvinculada em Janeiro de 2025

### 30.1 Saldos com partes relacionadas

	2025	2024
<b>Valor devido a partes relacionadas</b>		
Bayport Management Ltd (Empréstimo)	36,022,404	1,138,278,933
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	227,542,077	195,153,577
Actvest (Proprietary) Limited (Recuperação de custos)	13,992,136	7,724,894
Actvest (Proprietary) Limited (Honorários profissionais)	723,585,797	576,261,306
Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	(2,755,216)	(1,527,875)

Os montantes a pagar aos accionistas são divulgados na Nota 23.

### 30.2 Transacções com partes relacionadas

	2025	2024
<b>Bayport Management Ltd</b>		
Despesas com juros	7,476,226	8,630,769
Honorários profissionais	-	164,692,826
Total	<b>7,476,226</b>	<b>173,323,595</b>
<b>Actvest (Proprietary) Limited</b>		
Honorários profissionais	298,419,401	210,900,827
<b>Whatana Investments, S.A</b>		
Honorários de gestão	33,119,073	30,109,006
<b>Directors' fees</b>		
Honorários dos administradores	3,288,788	2,968,249

### 30.3 Remuneração aos administradores e outro pessoal-chave de gestão

	2025	2024
Benefícios de curto prazo ao pessoal	62,094,551	56,693,616
Benefícios pós-emprego – Fundo de Pensões do Bayport	2,418,912	-
Benefícios pós-emprego – Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	2,263,377	1,326,967
<b>Total</b>	<b>66,776,840</b>	<b>58,020,583</b>

Não houve outros benefícios de longo prazo, indemnizações por rescisão ou pagamentos baseados em acções incorridos em 2025 ou 2024.

## 31. Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento do quadro de gestão de riscos. A supervisão da gestão de riscos é da responsabilidade do Comité de Risco e Conformidade (RCC). Este órgão monitora os riscos associados a crédito, reputação, TICs, operações, conduta, conformidade, questões jurídicas, estratégia, finanças, taxa de juro, moeda estrangeira e liquidez. O RCC é responsável pela gestão de riscos, incluindo o estabelecimento do quadro de gestão de riscos, a definição do apetite ao risco e o acompanhamento da gestão de riscos pelo Microbanco.

### 31.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o de perda decorrente do incumprimento de um cliente ou contraparte em honrar uma obrigação perante o Microbanco. Os principais riscos de crédito a que o Microbanco está exposto decorrem dos créditos a retalho. A estratégia do Microbanco não é evitar o risco de crédito, mas sim geri-lo dentro do apetite de risco definido e obter um retorno adequado ajustado ao risco.

#### Gestão e mensuração do risco de crédito

O Microbanco é responsável pela identificação, mensuração, gestão, controlo e reporte do risco de crédito nas suas unidades de negócio. A exposição a perdas de crédito é gerida através da avaliação da capacidade de pagamento, do perfil de risco do cliente, do estado e estabilidade de emprego. Os prazos dos créditos concedidos variam de 3 a 84 meses. As imparidades são monitoradas e provisionadas com recurso a técnicas estatísticas, incluindo modelos experiencial e comportamental. Estes modelos são baseados na informação de desempenho financeiro do cliente enquanto activo na carteira, assumindo que o desempenho recente é um bom indicador do desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.

A cobrança das prestações é feita por descontos em folha salarial ou ordens de débito. O modelo de perda prevista é desenvolvido com recurso a técnicas estatísticas com base em dados históricos efectivos. Faz-se o cálculo da perda prevista para cada conta activa, usando parâmetros como a probabilidade de incumprimento (PD), exposição no incumprimento (EAD) e perda em caso de incumprimento (LGD), segmentados por estados contratuais de incumprimento (mora, recência e motivo do incumprimento), bem como pelo prazo remanescente. A segmentação garante grupos de risco homogêneos. O LGD é calculado de forma explícita por conta, considerando o saldo a liquidar, taxas de desconto e períodos de desconto.

O Microbanco usou a definição de 30 dias em atraso para determinar um aumento significativo do risco de crédito, conforme o ponto 5.5.11 do NIRF 9.

Como as cobranças são, principalmente, feitas por descontos na folha salarial, o Microbanco definiu activos financeiros com imparidade de crédito como sendo aqueles que apresentaram 4 ou mais prestações consecutivas em atraso ou quando há informação qualitativa de que o mutuário enfrenta dificuldades financeiras significativas. Portanto, o Microbanco refutou a presunção de 90 dias, com base na análise quantitativa histórica das probabilidades de incumprimento (PDs) e na adequação aos processos operacionais de cobrança.

#### Activo financeiro sujeito a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício financeiro é analisada conforme se segue:

31 de Dezembro de 2025	Empréstimos e adiantamentos	Outros activos	Investimentos em outros activos financeiros	Total
Nem vencido nem com imparidade de crédito	13,698,594,383	27,766,168	1,911,635,396	15,637,995,947
Vencido mas sem imparidade de crédito	2,403,880,005	-	-	2,403,880,005
Com imparidade de crédito	405,520,684	-	-	405,520,682
Provisão para imparidade	(873,284,930)	-	(193,467,060)	(1,066,751,990)
	<b>15,634,710,141</b>	<b>27,766,168</b>	<b>1,718,168,336</b>	<b>17,380,644,646</b>

### 31.1 Risco de crédito (continuação)

31 de Dezembro de 2024	Empréstimos e adiantamentos	Outros activos	Investimento em outros activos financeiros	Total
Nem vencido nem com imparidade de crédito	13,103,496,175	23,039,106	-	13,126,535,281
Vencido mas sem imparidade de crédito	3,058,634,010	-	-	3,058,634,010
Com imparidade de crédito	442,059,749	-	-	442,059,749
Provisão para imparidade	(1,145,542,221)	-	-	(1,145,542,221)
	<b>15,458,647,713</b>	<b>23,039,106</b>	-	<b>15,481,686,819</b>

#### Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

Apresenta-se, abaixo, a antiguidade dos créditos e adiantamentos vencidos, mas sem imparidade:

	2025	2024
<b>Vencido até</b>		
1 mês	628,639,949	963,158,386
1-2 meses	345,951,157	473,883,132
2-3 meses	281,035,372	401,150,684
3-4 meses	90,726,697	108,341,468
Acima de 4 meses	1,057,526,830	1,112,100,340
<b>Empréstimos vencidos, mas sem imparidade de crédito</b>	<b>2,403,880,005</b>	<b>3,058,634,010</b>

#### Avaliação de garantias

Os créditos não são garantidos e as garantias detidas pelo Microbanco são imateriais. No entanto, os créditos sem garantia estão cobertos por seguro de vida de crédito, para casos de morte, invalidez permanente e temporária, despedimento e doença grave.

Reconciliação da provisão para imparidade	Estágio 1 Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Estágio 2 Perdas de crédito esperadas ao longo da vida do crédito	Estágio 3 Activos financeiros com imparidade de crédito	Total
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>100,587,705</b>	<b>688,246,983</b>	<b>272,858,027</b>	<b>1,061,692,715</b>
Originações	44,748,433	13,936,796	8,017,564	66,702,793
Movimentos da carteira existente	10,611,782	(19,428,302)	308,383,075	299,566,555
Desreconhecimento (liquidações no curso normal dos negócios)	(7,544,071)	(35,034,904)	(8,160,876)	(50,739,851)
Alienação	-	-	(231,679,991)	(231,679,991)
Investimentos – movimentos da carteira existente	-	-	-	-
<b>Em 01 de Janeiro de 2025</b>	<b>148,403,849</b>	<b>647,720,573</b>	<b>349,417,799</b>	<b>1,145,542,221</b>
Originações	50,730,707	(8,626,546)	147,302,755	189,406,916
Movimentos da carteira existente	(15,737,824)	(210,305,603)	66,092,455	159,950,972
Desreconhecimento (liquidações no curso normal dos negócios)	(15,874,461)	(58,296,149)	(23,567,685)	97,738,295
Alienação	-	-	(203,974,940)	(203,974,940)
Investimentos – movimentos da carteira existente	193,467,060	-	-	193,467,060
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>360,989,331</b>	<b>370,492,275</b>	<b>335,270,384</b>	<b>1,066,751,990</b>

### 31.2 Categorias de instrumentos financeiros

	2025	2024
<b>Activos financeiros</b>		
<b><u>Ao custo amortizado</u></b>		
Caixa e depósitos junto do Banco Centra	2,101,130,341	1,776,860,676
Depósitos em outras instituições financeiras	1,579,928,209	2,255,075,649
Empréstimos e adiantamentos a clientes**	16,459,127,572	16,604,189,935
Outros activos	27,766,168	23,039,502
<b><u>Ao justo valor através de outros rendimentos integrais</u></b>		
Títulos de investimento	1,918,595,698	6,960,302
<b>Total dos activos financeiros</b>	<b>22,086,547,988</b>	<b>20,666,126,064</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<b><u>Ao custo amortizado</u></b>		
Depósitos de clientes	5,491,160,641	4,295,253,228
Outros passivos	1,736,759,748	1,104,811,801
Passivos de locação	109,393,588	58,660,773
Fundos obtidos por empréstimo*	7,135,981,105	8,200,117,156
Montante a pagar aos accionistas	263,564,480	1,333,432,511
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>14,736,859,562</b>	<b>14,992,275,469</b>

\* Fundos obtidos por empréstimo excluem custos de transacção diferidos, que não são instrumentos financeiros.

\*\* Empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas diferidas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

### 31.3 Gestão de riscos financeiros

As actividades do Microbanco expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de um determinado nível de risco, ou de uma combinação dos mesmos. Assumir riscos é parte essencial do negócio financeiro, e os riscos operacionais são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Microbanco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

### 31.4 Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os activos e passivos em grupos de vencimento relevantes, com base no período remanescente entre a data da demonstração da posição financeira e a data de vencimento contratual. A soma dos saldos apresentados na análise de vencimentos não coincide com o valor contabilístico dos activos/passivos divulgado na demonstração da posição financeira. Isto ocorre porque os montantes na tabela correspondem aos fluxos de caixa contratuais não descontados.

O alinhamento e o desalinhamento controlado dos vencimentos e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão da instituição. É incomum que instituições financeiras estejam completamente alinhadas, uma vez que os negócios transaccionados frequentemente têm termos incertos e tipos diferentes.

Uma posição não alinhada pode aumentar a rentabilidade, mas também pode elevar o risco de perdas.

BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), SA  
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O vencimento de activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, os passivos que vencem juros à medida que vencem são um factor importante na avaliação da liquidez da entidade e da sua exposição a variações das taxas de juro e das taxas de câmbio.

<b>31 de Dezembro de 2025</b>					
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e depósitos junto do Banco Central	2,101,130,341	-	-	-	2,101,130,341
Depósitos em outras instituições financeiras	1,579,928,209	-	-	-	1,579,928,209
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,971,906,754	5,731,194,290	21,911,825,288	3,403,503,785	33,018,430,117
Outros activos	27,766,168	-	-	-	27,766,168
Títulos de investimento	1,911,635,396	-	-	-	1,911,635,396
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>7,592,366,868</b>	<b>5,731,194,290</b>	<b>21,911,825,288</b>	<b>3,403,503,785</b>	<b>38,638,890,231</b>
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
Depósitos de clientes	1,014,476,536	1,359,588,517	3,117,095,587	-	5,491,160,641
Outros passivos	1,736,759,748	-	-	-	1,736,759,748
Fundos obtidos por empréstimos	709,554,920	3,474,838,938	4,666,408,596	-	8,850,802,455
Montante a pagar aos Accionistas	227,542,077	36,022,390	-	-	263,564,480
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>3,688,333,281</b>	<b>4,870,449,845</b>	<b>7,783,504,183</b>	-	<b>16,342,287,322</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>3,904,033,587</b>	<b>860,744,445</b>	<b>14,128,321,105</b>	<b>3,403,503,785</b>	<b>22,296,602,909</b>
<b>31 de Dezembro de 2024</b>					
<b>Fluxos de caixa provenientes de activos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e depósitos junto do Banco Central	1,776,860,676	-	-	-	1,776,860,676
Depósitos em outras instituições financeiras	2,255,075,649	-	-	-	2,255,075,649
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,850,335,821	5,436,528,806	21,834,126,130	3,209,848,148	32,330,838,905
Outros activos	23,039,502	-	-	-	23,039,502
<b>Fluxos de caixa de activos financeiros</b>	<b>5,905,311,648</b>	<b>5,436,528,806</b>	<b>21,834,126,130</b>	<b>3,209,848,148</b>	<b>36,385,814,732</b>
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>0-3 meses</b>	<b>4-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
Depósitos de clientes	938,021,271	1,536,308,195	1,820,923,762	-	4,295,253,228
Outros passivos	1,104,811,801	-	-	-	1,104,811,801
Fundos obtidos por empréstimo	1,667,149,490	3,055,767,293	5,820,473,422	-	10,543,390,205
Montantes a pagar aos accionistas	232,147,643	1,077,737,500	149,423,071	-	1,459,308,214
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>3,942,130,205</b>	<b>5,669,812,988</b>	<b>7,790,820,255</b>	-	<b>17,402,763,448</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>1,963,181,443</b>	<b>(233,284,182)</b>	<b>14,043,305,875</b>	<b>3,209,848,148</b>	<b>18,983,051,284</b>

### 31.5 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de flutuação do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a alterações nas variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções. O risco associado aos preços de acções não se aplica ao Microbanco.

### 31.6 Risco de taxa de juro

O objectivo do processo de gestão do risco de taxa de juro da entidade é gerir e controlar a exposição às taxas de juro, de modo a otimizar o retorno sobre o risco, mantendo ao mesmo tempo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade.

O risco de taxa de juro é o risco de que os movimentos nas taxas de juro reduzam o rendimento ou o capital da entidade.

Uma parte fundamental da gestão deste risco consiste em monitorar a sensibilidade da margem líquida de juros projectada sob diferentes cenários de taxas de juro (modelos de simulação). A entidade procura, através da gestão do risco de taxa de juro, mitigar o impacto de possíveis variações futuras das taxas, que possam reduzir os resultados e o capital.

#### Análise de sensibilidade – Aumento/queda de 10% nas taxas de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é baseada nos seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro de mercado afectam os rendimentos ou encargos de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- As alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou encargos de juros em relação a instrumentos financeiros a taxa fixa se estes forem reconhecidos ao seu valor de justo valor;
- As alterações nas taxas de juro terão efeito sobre os activos e passivos sensíveis a juros, pelo que se aplica modelação de simulação a instrumentos financeiros cotados a taxas de juro variáveis;
- As projecções assumem, entre outros aspectos, que todas as posições se mantêm até ao vencimento.

A tabela abaixo apresenta o impacto sobre o lucro corrente e o capital próprio de uma queda ou subida paralela incremental de 10% em todas as curvas de rendimento no início dos exercícios financeiros iniciados em 01 de Janeiro de 2025 e 01 de Janeiro de 2024.

	Valor	Cenário 1 – Efeito após aumento de 10% nas taxas de juro variáveis	Cenário 2 – Efeito após queda de 10% nas taxas de juro variáveis
<b>31 de Dezembro de 2025</b>			
Lucro após impostos	1,920,946,786	1,850,202,363	1,991,691,209
Capital próprio	6,523,175,118	6,452,430,695	6,593,919,542
<b>31 de Dezembro de 2024</b>			
Lucro após impostos	710,961,512	630,285,239	791,637,784
Capital próprio	5,099,901,390	5,019,225,118	5,180,577,663

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma subida reduziria o lucro após impostos do Microbanco no exercício e o capital próprio em MZN 70,744,423 (31 de Dezembro de 2024: MZN 80,676,273), enquanto uma descida aumentaria o lucro após impostos e o capital próprio pelo mesmo montante.

### 31.7 Gestão do risco de capital

A estrutura de capital do Microbanco é constituída por capitais próprios atribuíveis aos accionistas e compreende capital realizado e resultados retidos. O Microbanco faz uma revisão periódica da sua estrutura de capital e este não está sujeito a quaisquer requisitos de capital impostos externamente.

A estrutura de capital do Microbanco é composta por dívida, que inclui os créditos divulgados nas notas 18 e 22, montante a pagar aos accionistas, divulgado na nota 23, o numerário e os saldos do Microbanco divulgados nas notas 10, 11 e 19, bem como os capitais próprios conforme ilustrado na demonstração da posição financeira. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Microbanco pode ajustar o montante de dividendos pagos aos accionistas, devolver capital aos accionistas ou emitir novas acções com vista à redução do endividamento. De forma consistente com os demais participantes do sector, o Microbanco monitora o capital com base no rácio de endividamento.

### 31.8 Risco cambial

O Microbanco tem certos créditos em moeda estrangeira e está exposto ao risco cambial decorrente de várias exposições em diferentes moedas. Consequentemente, o Microbanco está sujeito ao risco de variação dos valores contabilísticos destes activos e passivos denominados em moeda estrangeira devido a flutuações nas taxas de câmbio.

Apresenta-se, abaixo, a posição cambial do Microbanco:

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
<b>31 de Dezembro de 2025</b>					
<b>Activos</b>					
Caixa e depósitos no Banco Central	2,101,130,341	-	-	-	2,101,130,341
Depósitos em outras instituições financeiras	1,579,913,008	15,352	(151)	-	1,579,928,209
Empréstimos e adiantamentos a clientes**	16,459,127,572	-	-	-	16,459,127,572
Outros activos	27,766,168	-	-	-	27,766,168
Títulos de investimento	1,911,635,396	-	-	-	1,911,635,396
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>22,079,572,485</b>	<b>15,352</b>	<b>(151)</b>	<b>-</b>	<b>22,079,587,686</b>
<b>Passivos</b>					
Depósitos de clientes	5,491,160,641	-	-	-	5,491,160,641
Outros passivos	1,736,759,748	-	-	-	1,736,759,748
Passivos de locações	109,393,588	-	-	-	109,393,588
Fundos obtidos por empréstimos*	7,135,981,105	-	-	-	7,135,981,105
Montante a pagar aos accionistas	36,022,390	227,542,077	-	-	263,564,480
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>14,509,317,472</b>	<b>227,542,077</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14,736,859,562</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>7,570,255,013</b>	<b>(227,526,725)</b>	<b>(151)</b>	<b>-</b>	<b>7,342,728,124</b>

\* Os fundos obtidos por empréstimos não incluem custos de transacção diferidos, que não são instrumentos financeiros.

\*\* Os empréstimos e adiantamentos a clientes não incluem despesas diferidas nem receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
<b>31 de Dezembro de 2024</b>					
Total de activos financeiros	20,659,031,434	134,479	(151)	-	20,659,165,762
Total de passivos financeiros	14,212,643,102	771,414,884	7,724,894	492,589	14,992,275,469
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>6,446,388,332</b>	<b>(771,280,405)</b>	<b>(7,725,045)</b>	<b>(492,589)</b>	<b>5,666,890,293</b>

O objectivo da gestão do risco cambial da entidade é administrar e controlar a exposição cambial de modo a otimizar o retorno sobre o risco, mantendo simultaneamente um perfil de mercado consistente com a missão da entidade. Risco cambial é o risco de redução dos rendimentos ou do capital da entidade decorrente de variações das taxas de câmbio.

Uma componente principal da gestão do risco cambial da entidade consiste em monitorar a sensibilidade dos rendimentos e do capital futuros face a diferentes taxas de câmbio. A entidade pretende, através da sua gestão do risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais que possam reduzir os rendimentos e o capital futuros.

#### Análise de sensibilidade – valorização/desvalorização do Metical face a outras moedas em 10%

A análise de sensibilidade ao risco cambial baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As exposições cambiais representam as posições líquidas em todas as moedas, excepto o MZN;
- A análise de sensibilidade cambial é baseada no pressuposto de que todas as posições líquidas em moeda são altamente eficazes,
- A moeda de referência em que se realizam as operações da entidade é o MZN.

A tabela abaixo apresenta o impacto nos rendimentos correntes de uma queda ou subida paralela incremental de 10% em todas as moedas estrangeiras, no início dos exercícios financeiros de 01 de Janeiro de 2024 e de 01 de Janeiro de 2023, respectivamente.

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma série de tais subidas e quedas afectaria os rendimentos e o capital futuros, conforme ilustrado na tabela abaixo

### 31.8 Risco cambial (continuação)

	Valor	Cenário 1 – Efeito após valorização de 10% do MZN	Cenário 2 – Efeito após desvalorização de 10% do MZN
<b>31 de Dezembro de 2025</b>			
Lucro após impostos	1,920,946,786	1,986,573,913	1,855,319,659
Capital próprio	6,523,175,118	6,588,802,245	6,627,127
<b>31 de Dezembro de 2024</b>			
Lúcos após impostos	710,961,512	710,970,646	710,952,378
Capital próprio	5,099,901,390	5,099,910,525	5,099,892,256

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma valorização do MZN aumentaria o lucro após impostos do exercício em MZN 65.627.127 (31 de Dezembro de 2024: MZN 9.134), aumentaria o capital próprio em MZN 65.627.127 (31 de Dezembro de 2024: MZN 9.134), e uma desvalorização do MZN reduziria o lucro após impostos e os capitais próprios pelo mesmo montante.

### 32. Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda decorrente de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando os controlos não funcionam correctamente, os riscos operacionais podem causar danos à reputação, ter implicações legais ou regulatórias, ou levar a perdas financeiras. O Microbanco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas, através de um quadro de controlos e da monitoria e resposta a riscos potenciais, consegue gerir os riscos. Os controlos incluem uma segregação eficaz de funções, procedimentos de acesso, autorização e reconciliação, bem como processos de formação e avaliação do pessoal.

### 33. Mensuração pelo justo valor

A informação apresentada abaixo proporciona detalhes sobre a forma como o Microbanco determina o justo valor de diversos activos e passivos financeiros.

Apresenta-se, abaixo, uma análise dos instrumentos financeiros mensurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, agrupados nos Níveis 1 a 3, com base no grau em que o justo valor é observável:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos. Este nível inclui títulos de capital cotados e instrumentos de dívida em bolsas de valores (por exemplo, Bolsa de Valores de Moçambique).

Nível 2: Elementos que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o activo ou passivo, seja directamente (isto é, como preços) ou indirectamente (isto é, derivados de preços).

Nível 3: Elementos para o activo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (elementos não observáveis). Este nível inclui investimentos em capital próprio e instrumentos de dívida com componentes significativos não observáveis.

#### Justo valor dos activos e passivos financeiros do Microbanco, mensurados pelo justo valor de forma recorrente.

Salvo se for divulgado em outra parte, os Administradores consideram que o valor contabilístico dos outros activos financeiros se aproxima ao seu justo valor.

#### Justo valor de activos e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor de forma recorrente (mas cuja divulgação do justo valor é necessária).

O Microbanco determina o justo valor dos Títulos do Governo incluídos nos activos financeiros disponíveis para venda através do modelo de valor presente líquido. As taxas utilizadas para o desconto são observáveis no mercado, utilizando as taxas dos Bilhetes do Tesouro, consoante as datas de vencimento.

O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de Microbancos e outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas com condições, risco de crédito e prazos remanescentes semelhantes.

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por nível da hierarquia do justo valor:

### 33. Mensuração pelo justo valor (continuação)

	31 de Dezembro de 2025		31 de Dezembro de 2024	
	Valor contabilístico MZN	Justo valor MZN	Valor contabilístico MZN	Justo valor MZN
<b>Activos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Empréstimos e adiantamentos aos clientes**	16,459,127,572	16,459,127,572	16,604,189,935	16,604,189,935
<b>Justo valor através de outros resultados integrais</b>				
- Títulos de investimento	1,918,595,698	1,918,595,698	6,960,302	6,960,302
	<b>18,377,723,270</b>	<b>18,377,723,270</b>	<b>16,611,150,237</b>	<b>16,611,150,237</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado</b>				
- Depósitos de clientes	5,491,160,641	5,491,160,641	4,295,253,228	4,295,253,228
- Passivos de locação	109,393,588	109,393,588	58,660,773	58,660,773
- Fundos obtidos por empréstimo*	7,135,981,105	7,135,981,105	8,200,117,156	8,200,117,156
- Valor a pagar aos accionistas	263,564,480	263,564,480	1,333,432,511	1,333,432,511
	<b>13,000,099,814</b>	<b>13,000,099,814</b>	<b>13,887,463,668</b>	<b>13,887,463,668</b>

\* Os fundos obtidos por empréstimos não incluem custos de transacção diferidos, que não são instrumentos financeiros.

\*\* Os empréstimos e adiantamentos a clientes não incluem despesas diferidas nem receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2025	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Activos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Empréstimos e adiantamentos aos clientes	-	-	16,459,127,572	16,459,127,572
<b>Justo valor através de outros resultados abrangentes</b>				
- Títulos de investimento	-	-	1,918,595,698	1,918,595,698
<b>Total</b>	-	-	<b>18,377,723,270</b>	<b>18,377,723,270</b>

	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Depósitos de clientes	-	-	5,491,160,641	5,491,160,641
- Passivos de locação	-	-	109,393,588	109,393,588
- Fundos obtidos por empréstimo	-	-	7,135,981,105	7,135,981,105
- Valor a pagar aos accionistas	-	-	263,564,480	263,564,480
<b>Total</b>	-	-	<b>13,000,099,814</b>	<b>13,000,099,814</b>

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2024	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Activos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	16,604,189,935	16,604,189,935
<b>Justo valor através de outros rendimentos integrais</b>				
- Títulos de investimento	-	-	6,960,302	6,960,302
<b>Total</b>	-	-	<b>16,611,150,237</b>	<b>16,611,150,237</b>

### 33. Mensuração pelo justo valor (continuação)

	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
- Depósitos de clientes	-	-	4,295,253,228	4,295,253,228
- Passivos de locação	-	-	58,660,773	58,660,773
- Fundos obtidos por empréstimos	-	-	8,200,117,156	8,200,117,156
- Valor a pagar aos accionistas	-	-	1,333,432,511	1,333,432,511
<b>Total</b>	-	-	<b>13,887,463,668</b>	<b>13,887,463,668</b>

### 34. Gestão de Capital

O Microbanco mantém uma base de capital activamente gerida para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Microbanco é monitorada com recurso, entre outras medidas, às normas e rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são assegurar que o Microbanco:

- cumpra com os requisitos de capital impostos externamente pelo Banco de Moçambique;
- mantenha classificações de crédito fortes e rácios de capital saudáveis, de modo a apoiar o seu negócio;
- tenha a capacidade de continuar como empresa em funcionamento, para poder continuar a gerar retornos e maximizar o valor para os accionistas.

O Microbanco está em conformidade com o quadro regulamentar do Banco de Moçambique e está sujeito a uma monitoria diária da posição cambial e, mensalmente, relativamente ao Rácio de Solvabilidade, Rácio de Solvência e de Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige que cada Microbanco mantenha um nível mínimo de capital regulamentar de 8% dos activos ponderados pelo risco. Por este facto, ao Microbanco não será permitido aumentar o património de activos, em conformidade com o Aviso 6/GBM/2007, e a capacidade de continuar como empresa em funcionamento poderá ser afectada.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Microbanco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, conforme os requisitos do Banco de Moçambique:

	2025	2024
<b>Capital Principal (Nível I)</b>		
Capital social realizado	2,776,000,000	2,776,000,000
Reservas legais	1,038,878,243	825 589 789
Reservas e resultados transitados / prejuízos acumulados	574,061,635	787,350,089
Reservas de reavaliação negativas	-	-
Activos intangíveis	(196,778,372)	(253,069,466)
Diferença na provisão para imparidade	(639,755,139)	(713,542,082)
<b>Capital Principal (Nível I)</b>	<b>3,552,406,367</b>	<b>3,422,328,330</b>
<b>Capital Complementar (Nível II)</b>		
Outros	1,695,366	1,708,131
<b>Capital Complementar (Nível II)</b>	<b>1,695,366</b>	<b>1,708,131</b>
<b>Capital Elegível (Níveis I e II)</b>	<b>3,554,101,734</b>	<b>3,424,036,461</b>
<b>Activos ponderados pelo risco (RWA)</b>		
Risco de crédito	13,562,931,823	13,665,046,129
Fora do balaço	-	-
Risco operacional e de mercado	373,394,053	380,100,259
	<b>13,936,325,875</b>	<b>14,045,146,388</b>
Rácio de solvabilidade		
Principal Nível I	25.49	24.37%
Principal Nível II	0.01%	0.01%
Rácio de solvência	25.50	24.38%
Rácio de solvência (Mínimo Exigido)	8.00%	8.00%

### 35. Acontecimentos após o período de relato

Acontecimentos após o período de reporte são divulgados na íntegra na nota 8 do Relatório dos Administradores.